



ATA N.º 39/XI-3º/2015-16

1 - Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, pelas 21H00, no Salão do Clube Recreativo de Instrução e Recreio do Laranjeiro, sito na rua Dr. Pires de Castro, no Laranjeiro, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de fevereiro, com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia
 - 3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal
 - 3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Protocolo de Delegação de Competências do Município de Almada na Área Metropolitana de Lisboa no domínio da gestão de transportes públicos”
 - 3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos Júris para Concursos de Cargos de Dirigentes/SMAS”
 - 3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 3º grau - Gabinete de Execuções Fiscais”
 - 3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 3º grau - Gabinete de Consultoria Jurídica e Contencioso”
 - 3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 1º grau - Serviço de Saúde Ocupacional CMA/SMAS”
 - 3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 3º grau - Serviço Veterinário Municipal”
 - 3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 3º grau - Gabinete de Atendimento Municipal”
 - 3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau - Divisão de Educação”
 - 3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau - Divisão de Manutenção e Logística”



- 3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau - Divisão de Desenvolvimento Económico”
 - 3.12 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 3º grau - Gabinete de Imagem e Marketing”
 - 3.13 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau - Divisão Administrativa”
 - 3.14 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau - Divisão de Sistemas de Informação”
 - 3.15 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 1º grau - Departamento de Salubridade e Espaços Verdes”
 - 3.16 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Gestão e Administração Urbanística 1”
- 2** - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr.^{as} Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.
- 3** - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.
- 3.1** - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:
José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Daniel Pedro Sobral; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; António Abrantes de Almeida; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno de Avelar Pinheiro; Nuno Filipe Miragaia Matias; Ana Catarina Ribas Lopes; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Teresa Paula de Sousa Coelho e José Ricardo Dias Martins.
- 4** - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:



- O Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel Costa Gonçalves, com ausência nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2016, (Ent. nº 5409/XI-3º), (**Conforme Anexo I**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, com ausência no dia 26 de fevereiro de 2016, (Ent. nº 5452/XI-3º), (**Conforme Anexo II**).
- O Senhor Deputado Municipal Sérgio Cantante Faria de Bastos, com ausência nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2016, (Ent. nº 5463/XI-3º), (**Conforme Anexo III**).

4.1- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Sr. José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 26 de fevereiro de 2016, do eleito Sr. Nuno Miguel Costa Gonçalves, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IV**).
- O Candidato Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 26 de fevereiro de 2016, da eleita Sr.ª Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho e por impedimento da cidadã Sr.ª Filipa Raquel da Silva Barroso, do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente, da cidadã Sr.ª Helga Cristina Rosa Ribeiro - PEV, do cidadão Sr. Mário Filipe Burriga Nunes de Castro, do cidadão Sr. Pedro Miguel Correia da Costa, e da cidadã Sr.ª Ana Isabel Ricardo Pato Estevens, (Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos **V, VI, VII, VIII, IX, X e XI**).
- O Candidato Sr. Filipe Alexandre Pardal Pacheco, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 26 de fevereiro de 2016, do eleito Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XII**).

4.2 - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações da Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, da Junta da União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda e da Junta da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó em que para o efeito da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e devido a justo impedimento dos Presidentes dos respetivos Órgãos Autárquicos, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pelas eleitas na Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Sr.ª Ilda de Lourdes de Oliveira Dâmaso Garrett, na Junta da União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, Sr.ª Ana Maria de Matos Sousa Vital Fonseca e na Junta da União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó, Sr.ª Anabela de Matos Tavares, (Conforme Anexos **XIII, XIV e XV**).

4.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registando-se a falta da Sr.ª Deputada Municipal Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Carlos Alberto da Cruz, residente na Caparica.

5.1.1 - O Munícipe Exm.º Senhor Carlos Alberto da Cruz:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Hoje trago aqui algumas preocupações a nível da Freguesia da Caparica, mas estive a ver no Regulamento só me permite cinco minutos, de maneira que eu vou pedir ao Sr. Presidente da Assembleia, com respeito que tenho muito por ele e desde já agradeço toda a atenção que tem tido em me enviar tudo o que é comunicados, no que diz respeito à luta dos moradores dos Bairros Sociais e todas as propostas do seu Partido Político. Mas não é por aqui que eu venho. Eu venho por uma questão que tem a ver com escolas, com saneamento, com apoio social, com segurança, com árvores e a sua segurança, com toda uma lógica que ainda está por fazer e refazer no nosso Concelho. É evidente que se, se analisar todo o trabalho realizado pela Junta de Freguesia, eu diria que é bom, que é razoável, mas há muita coisa por fazer.

Deixar aqui como um ponto de referência para que me consigam explicar. No Monte de Caparica, perto da Escola 2,3 a chamada Escola Branca para os habitantes, começou a existir umas obras de saneamento e agora continuam as obras dentro do Parque Escolar e que são bem merecidas. Eu diria que vou pegar neste assunto para depois dar caminho. Eu não sabia para que efeito eram aquelas obras, mas duas semanas após uns dias de dilúvio e de chuva, eu vim-me a aperceber que algo errado havia na rua dos Três Vales, que algo errado havia da rotunda perto da escola até à rotunda que serve de viaduto à passagem dos comboios.

Sr. Presidente, eu penso que do lado direito quem desce e vem para Almada, os prédios que foram construídos têm sarjetas, do meu ponto de vista técnico, daquilo que eu conheço deviam ser duplas devido à inclinação do piso, mas do lado esquerdo, do lado da escola passa-se quinhentos e poucos metros sem uma sarjeta, isto tem uma explicação, não há habitação, não há habitação não houve plano para fazer as sarjetas. O que quer dizer que do lado direito da rua existe sarjetas de quinhentos e tal metros e do lado esquerdo não existe sarjeta nenhuma, e o que é que me levou a esse desencanto? Foi que eu quando quis atravessar a passadeira que me dá acesso ao posto de saúde, eu vi-me num lago de água tanto no lado esquerdo como no lado direito. Eu não sei se aquelas obras que se fizeram e que agora vejo que estão a ser construídas, sarjetas tanto do lado esquerdo como do lado direito até à rotunda onde ia desembocar aquela água toda do viaduto, se vamos ter esse benefício ou não até chegar cá abaixo. Eu penso que há possibilidades de fazer isso e penso que o Município deve ter isso em atenção. Mas eu vou falar disto com uma questão mais premente, é que aquelas obras tiveram pela parte da Câmara um acompanhamento, é impossível que não tivesse, e a parte técnica é impossível que não tivesse, mas ao ver seis operários numa vala com uma largura de um metro e oitenta, perto de dois metros sem uma segurança, a uma profundidade de cinco metros, alguma coisa está mal. Mas, eu diria mais, eu falei com o responsável da obra e disse-me que havia uma pessoa que fazia a segurança da obra todos os dias e que estava tudo bem. Eu sou um profissional e digo está tudo mal,



cinco metros de profundidade ali na vertical. Eu alerto o serviço da Câmara porque quando as coisas acontecem a gente não sabe quando o diabo está atrás da porta, até que ponto, por uma coisa é o Município e outra coisa são os técnicos a trabalhar, são pessoas humanas, eu não estou a pôr culpas ao Município, eu estou a alertar.

Se me permite Sr. Presidente da Assembleia eu queria dizer outra coisa. Eu penso que no plano dos arvoredos que enfeitam a nossa Cidade, nem todas as árvores servem para dados sítios e para certos arruamentos, umas porque elas se expandem por ali fora até rebentarem com a calçada, rebentam com tudo, outras porque têm pela sua configuração e sua estrutura com uma facilidade ao vento de partir e criar danos. Há que rever no plano de urbanização e dos arruamentos esta questão das florestas e das plantas que se põem como ornamento e que são necessárias ao equilíbrio do ozono. Não quero tomar mais tempo.

Eu quero aqui saudar em nome da luta dos moradores dos Bairros Sociais, quero saudar o Sr. Presidente pela sua atitude de ainda resistir aos aumentos e não os aceitar e quero saudar a Moção que foi aqui ontem aprovada e bem, pela maioria e lamento que nem todos os tivessem feito. É só um aparte.

Tenho aqui mais coisas mas não quero tomar mais tempo. Guardarei para a próxima Assembleia, porque tem a ver com a habitação, a carência de habitação no Concelho, da chamada de atenção que é necessária para o Concelho e aproveitar agora que esta Lei vai ser revista, mas que o PER tem que vir novamente à tona para se construir habitação, saber onde é que se vai integrar no Concelho também essa parte da habitação. Porque, eu vou ser honesto Sr. Presidente, Almada Poente quando foi discutida dentro do meu partido que é o Bloco de Esquerda, eu cheguei a uma conclusão, parem com esta conversa isto não vai dar a lado nenhum, isto é uma obra faraónica que isto não é para estes anos, não vamos, mas não estava lá contemplada qualquer parcela de habitação social. E isto é importante que se tenha em conta nos dias de hoje. Na próxima Assembleia teremos aqui novamente o Carlos Cruz com mais atenções. Agradecer à Junta de Freguesia com a qual eu não tenho assim muita simpatia, mas também não tenho antipatia, podíamos falar mais, mas ela sabe porque é que não falo.”

5.2 - Em resposta ao Senhor Múncipe, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Vereador e Presidente do Conselho de Administração dos SMAS, José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

5.2.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Penso que o essencial das matérias talvez o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Sr. Presidente do Conselho de Administração dos SMAS possa contribuir para o esclarecimento do Sr. Múncipe.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

5.2.2 - O Sr. Vereador e Presidente do Conselho de Administração dos SMAS - José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Carlos Alberto, agradeço as questões que colocou, e diria como sabe e como sabemos todos, as infraestruturas do Plano Integrado de Almada foram construídas não pelo Município mas pelo IGAPHE, a estrutura que gere aquele espaço e com frequência nós identificamos um conjunto de problemas nesse mesmo projeto de construção das infraestruturas, muitas das vezes a forma como foram construídas não teria sido a melhor solução, mas também algumas omissões de infraestruturas e portanto a obra que referenciou relativamente à Escola Branca é um exemplo de uma infraestrutura que não estava construída, que naturalmente criava problemas desde logo na escola e portanto foi identificada, parte da nossa área da educação esse problema, foi solicitado que os Serviços Municipalizados projetassem e desenvolvessem essa obra e essa obra foi uma obra de empreitada. Naturalmente não foram diretamente os Serviços Municipalizados a executá-la, mas foi custeada, foi acompanhada pelos SMAS de Almada e desenvolvida por um empreiteiro para resolver um problema de ausência de infraestruturas, designadamente dos pluviais, água da chuva que não tinha escoamento naquele território.

A questão que coloca relativamente às questões de segurança. Cada empreiteiro tem como sabe que apresentar um plano de segurança, tem como sabe e referiu que ter um técnico de segurança e é evidente o que nós desejamos é que quem trabalha para o Município, as empresas que trabalham para o Município tenham a mais elevada responsabilidade do ponto de vista da segurança dos seus trabalhadores. Essas boas práticas nós queremos-las na nossa intervenção direta e também fazemos o mesmo grau de exigência relativamente a quem trabalha para nós. Mas é evidente que a responsabilidade primeira é do empreiteiro, da empresa que está a executar a obra. De qualquer maneira penso e bem que se identificou alguma situação menos adequada trouxe aqui o registo, irei comunicar aos serviços de fiscalização da parte do Município que tiveram essa supervisão da obra e faremos chegar à empresa esta sua informação. Mas qualquer cidadão em qualquer momento pode naturalmente tomar as diligências que entender adequadas desde logo junto das entidades que têm a responsabilidade de fiscalizar as condições de trabalho. Essa é uma questão pertinente, uma questão importante e que partilhamos consigo a exigência de se trabalhar em segurança.

Relativamente à outra parte que é no essencial a rua dos Três Vales. Há um projeto que o Município tem, a Câmara Municipal tem essa intenção de intervir requalificando a rua dos Três Vales que como sabe é pontuada por um conjunto de rotundas e entre as rotundas grandes e largas vias que criam dificuldades não só na circulação dos peões mas mesmo dos automóveis, um processo por vezes inseguro naquele território. O Vereador Rui Jorge e o nosso Presidente têm esse assunto, todos nós temos esse assunto como matéria para intervir



e requalificar esse espaço da rua dos Três Vales. Naturalmente que uma obra que seja executada terá com certeza uma ponderação relativamente à rede de pluviais que admito pelas mesmas circunstâncias que informei no início, admito que não esteja construída e que seja preciso construir.”

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal, (**Conforme Anexo XVI**)

6.1.1 - Usaram da palavra o Senhor Presidente da Câmara e o Sr. Vereador e Presidente do Conselho de Administração dos SMAS - José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, para apresentação do documento.

6.1.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Foram distribuídos os documentos quer de prestação de contas da Câmara Municipal quer dos SMAS. Diria no entanto algumas notas em relação a alguns aspetos que gostaria de salientar nesta ocasião, depois o Sr. Vereador José Gonçalves se assim o entender também diria algumas coisas em relação à atividade dos SMAS e depois estamos à disposição dos Srs. e Sr.^{as} Deputados/as Municipais para as questões que nos queiram colocar.

Só salientar alguns aspetos deste período.

Em primeiro lugar em relação ao Plano Diretor Municipal dos avanços que se verificaram no processo de revisão que está em curso e que muito brevemente nos permitirão realizar reuniões com todos os Srs. Vereadores e também agendar uma reunião com os Srs. e Sr.^{as} Deputados/as Municipais sobre os aspetos mais pertinentes das questões que hoje se prendem com o Plano Diretor Municipal. Pensamos que no próximo mês essas reuniões se venham a realizar.

Sublinhar também o debate público em torno dos Planos de Pormenor da Fonte da Telha, da Quinta do Guarda Mor e do Centro Terciário da Charneca de Caparica com participação dos cidadãos e que estando agora a proceder-se aos relatórios desses debates públicos e naturalmente também ao seu subsequente acompanhamento.

Em relação às questões relacionadas com o Plano Estratégico da Costa da Caparica, nós temos agendada uma reunião também com o Sr. Ministro do Ambiente onde teremos ocasião de abordar as questões que se prendem com o processo de liquidação da CostaPolis, mas sobretudo em torno das preocupações que a todos nos unem em torno do plano de desenvolvimento estratégico daquela área do nosso território.

Também em relação a questões de ordem estratégica da maior importância, prosseguir o nosso trabalho no âmbito da Sociedade Baía do Tejo para promoção dos territórios do Arco Ribeirinho, e estaremos num grande evento intermunicipal no Sul de França de promoção de imobiliário agora também durante o mês de março, para ajudar a concretizar os nossos



projetos para a Margueira e no âmbito do PUAN. Os avanços também verificados no que diz respeito às áreas urbanas de gênese ilegal, designadamente no que diz respeito aos processos de infraestruturas do núcleo 22, também aqui há avanços significativos e com início de obras em março deste ano. No que diz respeito às áreas de reabilitação urbana também aqui a aprovação da reabilitação urbana do Porto Brandão e da área urbana da Cova da Piedade, são os aspetos mais salientes num processo que tem sido de grande sucesso. Também no que diz respeito à preparação das intervenções para usos provisórios na área do Caramujo/Romeira, esse processo tem vindo a avançar, esse processo está em curso.

Na área do ambiente gostaria de sublinhar o reconhecimento internacional do nosso projeto de intervenção nas praias de São João da Caparica. Reconhecimento internacional no âmbito da Conferência de Partes sobre as Alterações Climáticas, onde estivemos presentes e onde pudemos participar nos trabalhos, dos quais decorrem naturalmente também obrigações particulares para o nosso Município, quer no plano da sensibilização, quer no plano de uma intervenção nesta matéria que hoje é da maior importância estratégica para a vida dos nossos cidadãos.

A publicação e a aprovação do Regulamento Municipal de Tratamento de Resíduos Sólidos e Urbanos também é uma nota que aqui queríamos deixar, estabelecendo para todos nós, para nós e para os Municípios maiores responsabilidades na intervenção nesta área onde tem havido sinais positivos de melhorias significativas nesta matéria, embora ainda se notem áreas onde é necessário progredir com outra consistência e com outra solidez. Mas de qualquer forma os sinais são bastante positivos, pelo menos na informação que é possível recolher junto dos nossos concidadãos.

No que diz respeito à Mobilidade Urbana. Não conseguimos pôr já em funcionamento o circuito da saúde, houve um retardar relacionado com um pedido de consulta que era necessário fazer aos TST para que este serviço pudesse começar a ser prestado e neste momento estamos em condições de o poder fazer, já durante o mês de março iniciaremos também a linha da saúde. Era o aspeto que gostaria de salientar nesta matéria.

No que diz respeito ainda a este assunto, está em preparação com os SMAS de Almada uma intervenção no centro de Almada, temos estado em contato quer com o Metro Sul do Tejo, quer com outras entidades para podermos agendar e dar início a um conjunto de obras que nos permitirão também depois fazer algumas alterações por forma a acomodar aquilo que têm sido opiniões que nos têm chegado dos nossos municípios em relação à regularização do trânsito nesta área tão sensível do nosso Município.

Em relação às questões relacionadas com educação e com juventude, gostava de salientar a realização do Congresso das Cidades Educadoras, um grande acontecimento de que fomos a entidade promotora, reunindo aqui cerca de mais de quinhentos participantes com



representação de quarenta e seis Municípios Portugueses. Foi de facto uma iniciativa de grande importância e de grande significado, não só pela sua realização, mas também pelo conteúdo das intervenções e das matérias que ali foram tratadas.

Está a avançar o processo que nos há de levar à construção da nova escola do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardim de Infância na Freguesia da Charneca de Caparica. Esse processo está a andar normalmente e também gostaria nesta matéria ainda de sublinhar que neste período foi retomado o normal funcionamento do Fórum Municipal da Juventude, aliás que hoje tem, tanto quanto fui informado também uma reunião e que justifica a não presença hoje aqui do Sr. Vereador António Matos, porque ele está exatamente numa reunião do Fórum e que tem estado muito envolvido na preparação da Quinzena da Juventude.

Na área cultural sublinhar a realização da XIX Mostra de Teatro de Almada, novamente com um grande sucesso, com os seus vinte e quatro espetáculos produzidos e encenados por dezanove Grupos e Companhias de Teatro do nosso Concelho.

Também, embora já a sua realização se tenha efetuado fora da área a que esta informação diz respeito, mas também a iniciativa o Cantar das Janeiras, envolveu trinta e quatro Grupos, cerca de oitocentos Jograis. Uma grande iniciativa demonstradora da vitalidade dos nossos Grupos e das nossas Associações, e que muito nos apraz trazer aqui a informação.

Na área do Desporto foi lançado o processo de candidatura de Almada a Cidade Europeia do Desporto. Nunca é demais sublinhar o amplo trabalho que tem sido realizado nesta área. Mas também dar nota no plano social ao prosseguir do Plano de Emergência Social, foram aprovadas neste período de seis meses a que este Relatório se refere o apoio a duzentas e sessenta e seis famílias. É um número significativo, mais de oitenta por cento dos apoios concedidos neste período foram para questões de habitação. O processo de realojamento das famílias da rua do Juncal não se concretizou como era nossa intenção, na primeira semana de dezembro, verificou-se uma não adesão de algumas famílias às propostas de habitação que lhes foram feitas, problemas que tinham a ver com conflitos de vizinhança e enfim históricos também, que procurámos resolver através de outras habitações inicialmente fazendo um pedido ao IHRU que nos disponibilizasse habitações para fazer o realojamento, mas desse pedido só resultaram indicação para três habitações e ainda elas a necessitar de obras e nesse caso optámos por desenvolver um programa e acelerar o programa que tínhamos de reabilitação de habitações que são propriedade nossa e cuja conclusão de obras está agora a fazer. No final deste mês teremos essas habitações à nossa disponibilidade e teremos condições para com esta nova oferta poder corresponder a todas as mais de quarenta famílias que irão ser realojadas. Muito brevemente pensamos que isso se venha a concretizar. Depois o processo de realojamento prosseguirá, como todos sabemos há ainda muito caminho para percorrer nesta matéria, mas estamos naturalmente determinados a fazer esse caminho.



Em relação ao Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, também se verificou a conclusão do processo de debate e de apuramento do debate. Penso que a reunião foi ainda durante o mês de dezembro com a Comissão ou foi já no início de janeiro, agora já é difícil precisar, mas já se realizou a reunião com a Comissão em que foi feito o apuramento do debate público e também nesta área houve um progresso significativo em relação a uma questão que várias vezes tem vindo aqui a esta Assembleia.

Sublinhar no que diz respeito às questões que mais dizem respeito à nossa organização, a tramitação dos vinte e três procedimentos de concurso, dos quais vinte e dois para cargos de direção intermédia de primeiro e segundo grau, com a tomada de posse dos novos dirigentes e também o lançamento dos procedimentos concursais para um conjunto de situações em que se tinham verificado mobilidades intercarreiras para vários trabalhadores e que também foram lançados e que o processo está neste momento em curso. De qualquer forma é importante sublinhar que é neste período que se vê consagrada a luta dos trabalhadores e das autarquias pelas 35 horas de trabalho e portanto este é talvez o acontecimento mais significativo nesta matéria.

Como já foi dito fechamos o ano com uma elevada realização orçamental, tanto na despesa, em cerca de 87,5%. No conjunto os pagamentos entre a Câmara Municipal e dos SMAS rondaram os cento e oito milhões de euros. No conjunto mais de onze milhões de euros do que no ano anterior, um aumento significativo, revelador de uma grande capacidade de execução. Podíamos dizer, se o País crescesse a 11%, mas enfim não são comparações que se possam fazer, mas às vezes apetece. Mas correu bem, e nesse aspeto manteve-se o equilíbrio das contas. Dá-nos confiança para que o ano que estamos agora a viver 2016, também possamos corresponder àquilo que no quadro nacional e no quadro de dificuldades que apesar de tudo se mantem possamos manter um elevado desempenho na nossa autarquia.”

6.1.1.2 - O Sr. Vereador e Presidente do Conselho de Administração dos SMAS - José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Breves considerações. Este período que analisamos do final do ano, novembro e dezembro, eu diria que foi um período de grande atividade nos serviços municipalizados. Destacava dessa atividade todo o trabalho que estamos a desenvolver nos últimos anos, mas que teve neste período um especial desenvolvimento relativamente ao sistema de gestão integrado com desenvolvimentos em janeiro de auditoria externa, e novembro e dezembro foram meses de preparação desse evento muito exigente porque é uma auditoria a todos os serviços municipalizados, a todas as áreas de intervenção e como é sabido nós temos a gestão, somos das poucas entidades com a gestão integral do círculo urbano, o que significa que as nossas áreas de intervenção são muito amplas e muito exigentes, com um grau de resposta



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que é preciso assegurar em todas as áreas de intervenção. O sistema de gestão integrado foi e é um fator de grande mobilização da nossa organização e em novembro e dezembro teve aqui uma especial atenção e envolvimento de todos os trabalhadores.

Já ontem foi aqui referenciado o Encontro Nacional de Entidades Gestoras que este ano decorreu no Porto, envolveu os serviços municipalizados com resultados que foram reconhecidos pela nossa Assembleia Municipal ontem em deliberação que aqui tomou e essa nossa participação foi também muito exigente, porque não só levámos os nossos operários para participarem no Pipe Contest e trazerem o resultado que conseguiram de primeiro lugar nessa tarefa tão difícil de construir em carga, em 2,6 minutos, como também todo um conjunto de intervenções técnicas que foram feitas, sete grandes intervenções técnicas das mais diversas áreas desde a questão dos contadores, a questões relativas a projetos em que estamos envolvidos como seja o projeto de inovação o Proteus com um conjunto de Universidades, desde logo a nossa Faculdade, mas também Universidades de França, Itália e Grécia. O INEC foi outro momento alto deste período de intervenção estiveram lá trinta e um trabalhadores técnicos e dirigentes dos SMAS de Almada e tivemos em todas as matérias opiniões, intervenção e penso que o reconhecimento do sector relativamente ao contributo que queremos dar também com a nossa experiência.

Destacava também e está na informação, que só neste período os serviços municipalizados consignaram treze grandes obras, entregando a treze empresas a responsabilidade de construção e renovação dos nossos equipamentos. Destacava a obra do Valdeão, a ETAR do Valdeão é uma das nossas quatro estruturas de tratamento das águas residuais, está em curso esta obra, mais de um milhão de euros, foi adjudicada neste período e com ela também mais doze outras grandes obras. E mantivemos ainda em desenvolvimento dez outras grandes obras, com destaque naturalmente para a obra de remodelação da ETAR da Quinta da Bomba, dez milhões de euros que está numa fase de conclusão, está com noventa e três por cento da obra executada. E portanto com um processo de grande dificuldade, mas com um grande envolvimento da nossa organização para que seja concluída e para que o Município tenha aquilo a que tem direito, que é até financiamento comunitário para uma obra que desde logo é uma obra exigida pela Comunidade Europeia, imposta aos serviços municipalizados por força dessa diretiva europeia. E estamos a preparar as obras que o Sr. Presidente da Câmara já aqui referenciou, as obras de Almada Velha que pensamos que nas próximas semanas teremos condição de promover a informação pública e reuniões públicas de informação sobre o planeamento dessa obra e que naturalmente temos estado a trabalhar no sentido da sua organização e de criar todas as condições para que decorra com a maior normalidade possível. As obras de Almada Velha são necessárias, são indispensáveis, têm que ir para o terreno e nós desde logo desenvolvemos um processo de pré-qualificação dos empreiteiros no sentido, ainda que mais demorado, no sentido naturalmente de quem ganhar



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

a obra ganhe com algumas referências, não só de capacidade técnica para a execução, mas também capacidade financeira para que a obra não se interrompa. Almada Velha também um processo de grande envolvimento neste período.

Queria também dar nota que tal como na Câmara Municipal desenvolvemos um conjunto de concursos tendo em vista a implementação da macroestrutura, foi neste período que tomou posse o nosso Diretor Delegado, que é o equivalente ao Diretor Municipal nos serviços da Câmara Municipal e que é o dirigente mais responsável da organização e um conjunto de outros Chefes de Divisão e Diretores de Departamento. Foi também um momento de entrada de trinta novos trabalhadores para as áreas operacionais dos serviços municipalizados. Um processo que partilhámos na nossa Assembleia várias vezes, de grande dificuldade porque nos últimos anos saiu grande número de trabalhadores dos piquetes e agora em novembro/dezembro, em dezembro especialmente entraram trinta novos trabalhadores. Temos as nossas equipas operacionais reforçadas, novamente com o número necessário para a sua intervenção e esse processo foi muito vivido no interior dos serviços municipalizados, com um processo de acolhimento, um processo de organização das equipas com nova força.

Fizemos também em conjunto com a nossa Câmara Municipal homenagem aos aposentados e o lanche de Natal para os nossos trabalhadores.

Gostava também de dizer que o ano que terminou, o ano 2015 e conforme será presente à nossa Assembleia Municipal, foi um ano de grande execução nos serviços municipalizados, do ponto de vista da execução do plano de atividades, mas também um ano de grande execução do ponto de vista financeiro.

Reforçámos a nossa sustentabilidade financeira num quadro que como sabemos de grande dificuldade das famílias, dos consumidores, dos utentes dos serviços municipalizados e das empresas que conosco trabalham, significa do nosso ponto de vista que a organização foi capaz de dar resposta a esta dificuldade e concluímos o ano com maior sustentabilidade.

Passámos de um saldo de gerência de 3,1 milhões de euros, para 6,4 milhões de euros.”

6.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais António Pedro Maco, Pedro Oliveira, Odete Alexandre, Ana Salvado, Nuno Avelar Pinheiro, Luísa Ramos, Alexandra Correia, Carlos Guedes, Nuno Matias, o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Vereador e Presidente do Conselho de Administração dos SMAS - José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.2.1 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nesse período da Atividade Municipal o CDS-PP gostaria de deixar algumas considerações e algumas questões também a esta Assembleia, nomeadamente à Câmara Municipal.

Primeiro que tudo aproveitar para saudar e para louvar três eventos por parte da Câmara Municipal, o retomar do Fórum Municipal da Juventude que tem sido também uma das



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

bandeiras da Juventude Popular e que tanto têm apelado ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Vereador para que efetivamente este Fórum regressasse novamente a Almada com toda a dinâmica que tem para a juventude e para atrair também a juventude para as problemáticas e para os interesses que é para os jovens do Concelho de Almada, que outrora já teve toda aquela dinâmica que durante uns anos ela esteve também afastada. Louvar também a Quinzena da Juventude, ao qual também a Juventude Popular de Almada está a participar e em conjunto com a Câmara Municipal de Almada aproveito aqui também para informar que terá um debate proximamente relativo ao futuro do Desporto. Também é de louvar e tendo em consideração também a candidatura que Almada fez neste âmbito. Saudar e desejar que o Festival de Surf da Caparica que vai decorrer para o próximo mês corra também da melhor forma, fica a ganhar o Concelho ficamos a ganhar todos.

Depois entrando aqui em questões mais específicas Sr. Presidente, o CDS-PP gostaria que o Sr. Presidente se estiver em condições nesta mesma Assembleia, ainda hoje puder fazer um balanço daquilo que foi a atividade no Natal relativamente ao comércio. Se aquelas atividades que foram referenciadas e que foram postas em prática pela Câmara Municipal, se realmente trouxeram benefícios para o comércio, para Almada e se atraíram mais gente, nomeadamente para o centro de Almada.

Depois questões de estradas e mobilidade. Já foi aqui falada uma situação que ocorre na Freguesia da Caparica e o CDS-PP relembra também uma questão de uma estrada ali junto à Faculdade Egas Moniz que está bastante deteriorada. Ainda mais nesta altura, imagino, e hoje que está a chover como é que aquela estrada não estará. Na segunda-feira para os alunos se poderem deslocar à referida Faculdade, e todos os moradores daquela zona, visto que a estrada se encontra em condições bastante degradadas e já não é só de agora Sr. Presidente, já o CDS-PP inclusivamente já tem alertado para esta mesma situação já de algum tempo para cá, e que entendemos que ainda não foi resolvida. Outras questões que passam também e com certeza que a Câmara Municipal já tem referenciadas relativamente também a outras anomalias que se passam no asfalto também noutras Freguesias do Concelho.

Ainda sobre estas questões da mobilidade, chamamos atenção para, e enfim foi retomado e bem o trânsito no centro de Almada, onde existe hoje em dia já uma maior movimentação e já se vê alguma dinâmica no centro de Almada, independentemente de outras considerações que possam ser feitas e que com certeza e lá chegaremos. Mas Sr. Presidente, aquela zona precisa urgentemente de passadeiras visto que abriu-se o trânsito, e bem. Mas uma vez voltamos a dizer, mas está criada entendemos nós e entendem também muitos Municípes, estão criadas algumas situações de insegurança naquela mesma zona devido à falta de passadeiras, nomeadamente junto às estações do Metro e junto também àqueles espaços onde há mais movimentação por parte dos cidadãos e dos peões.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Depois ainda no que diz respeito à Atividade Municipal e este caderno que a Câmara Municipal entrega aos Deputados Municipais, o CDS-PP gostaria de saber mais concretamente onde foram feitas as intervenções de manutenção e conservação que visam melhorar as condições de habitabilidade do património habitacional do Concelho. É a questão que o CDS-PP tem relativamente às questões de habitação que vêm neste mesmo caderno dos últimos três meses.

Relativamente também a questões que têm a ver com este período, vou dar aqui uma pequena achega relativamente aos requerimentos que o CDS-PP enviou para a Câmara Municipal e que em dois deles já obteve resposta que é relativamente ao IMI que algumas coletividades estão isentas. A Câmara Municipal respondeu que está à espera dessa mesma informação por parte das Finanças, muito bem. Agora o CDS-PP questiona, mas Sr. Presidente a Câmara Municipal não faz ideia dos outros anos, não tem um relatório, não tem uma lista de quais são as Coletividades que efetivamente estão isentas desse mesmo IMI? É que, enfim, como é que é elaborado então o Regulamento? Não tem a Câmara Municipal ideia de quem são essas Coletividades, essas Associações que estão isentas deste mesmo imposto? Gostaríamos também de ouvir o Sr. Presidente relativamente a esta mesma matéria. Depois relativamente à adjudicação da Câmara Municipal com os TST para um serviço de transporte de passageiros, um contrato de adjudicação no valor de quase vinte e seis mil euros, a Câmara Municipal respondeu também e o CDS-PP irá analisar mais detalhadamente esta resposta e se for o caso irá solicitar também à Câmara Municipal através do Requerimento mais informação específica que com certeza será interessante para os Municípes e será também interessante para ficarmos a saber como se processam então estas adjudicações, como é óbvio. Ainda aproveitando uma questão que foi levantada aqui ontem relativamente às Comissões. O CDS-PP tem dito que as Comissões este ano têm funcionado, ou melhor neste Mandato têm funcionado de uma forma muito mais produtiva que as Comissões dos Mandatos anteriores, inclusivamente e falo quer pela 1ª Comissão, quer pela 4ª Comissão que tem tido um trabalho bastante produtivo, inclusivamente fora das próprias reuniões da Assembleia Municipal e nas reuniões de Comissão e gostaria também de relembrar que o CDS-PP tem à semelhança daquilo que já disse ontem, tem uma Moção que baixou à Comissão para a discussão da Constituição do Conselho Municipal de Comércio. Eu alerto aos Srs. Presidentes das Comissões que estes documentos estão em falta, o outro documento é relativamente também a uma Comissão do CDS-PP que desceu também à respetiva Comissão que tem a ver com a adaptação neste caso de aparelhos adaptados a crianças portadoras de deficiência e que também ainda não foi falado nas respetivas Comissões.

Para já Sr. Presidente eram só estas questões que eu tinha, muito obrigado.”

6.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É evidente que não teremos condições em termos de tempo para referir todos os aspetos que estão na Atividade Municipal, de qualquer forma o Bloco de Esquerda valoriza, assinalamos e valorizamos alguns aspetos que estão referidos exatamente no período de novembro e dezembro.

Nós assistimos e continuamos a assistir a repavimentações e colocação de sinalização horizontal em algumas vias de circulação em várias Freguesias do Concelho. É uma situação que se arrastava há algum tempo e há de facto uma intervenção positiva que consideramos e estamos convictos que prosseguirão, pois são ainda muitas as vias que necessitam de intervenção, e nós passamos todos os dias e constatamos exatamente essa situação.

Assinalamos e valorizamos a concretização do alargamento e a repavimentação do acesso da avenida do Cristo Rei à avenida D. Nuno Álvares Pereira, assunto aqui tratado inúmeras vezes e que pensamos que finalmente foi resolvido a contento dos automobilistas e dos motoristas dos veículos de passageiros e portanto assinalamos esse aspeto.

Assinalamos também o Protocolo celebrado com a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental. Achamos que é um passo em frente e não podemos deixar de referir aqui o facto do funcionamento dos refeitórios escolares no período de interrupção letiva e que estamos convencidos que prosseguirão.

Também o apoio a duzentas e sessenta e seis famílias, abrangendo seiscentos e vinte e dois cidadãos como é referido, no total de setenta e nove mil euros, trata-se da aplicação do Programa de Emergência Social e chamo aqui atenção dos Srs. Deputados Municipais para a referência que é feita em relação à percentagem das famílias abrangidas exatamente por estes apoios, representando 27,44%, o que nos obriga a uma reflexão exatamente sobre as condições que existem, as dificuldades económicas das populações do Concelho. É por todo o Concelho, não é exclusivamente nestas Freguesias, mas é necessário ter em atenção a realidade que é vivida no Concelho. Realçamos o processo de diálogo que a Câmara tem estabelecido no sentido da resolução do processo. O processo de diálogo relativamente ao realojamento nas Terras da Costa e na rua do Juncal é uma situação que também aqui tem vindo a ser referida nesta Assembleia Municipal, e todos com certeza que saudaremos a decisão e o realojamento de inúmeras famílias que ali vivem em condições que não têm dignidade.

Gostaria de passar a um outro aspeto agora, que é relativamente a obras realizadas mas não concluídas. Todos assistimos a intervenção em vias e passeios, mas que demora muito tempo a serem concluídas. Os buracos são feitos, mas depois objetiva e concretamente há muita dificuldade em que esses trabalhos estejam concluídos. Nós pensamos que há necessidade de programar com as entidades intervenientes que nem sempre é a Câmara Municipal, ou nem sempre são os SMAS, mas são outras entidades que têm a intervenção, o que é



verdade é que depois fica, em para circulação automóvel, nem para circulação dos peões nos passeios, porque os buracos ficam durante muito tempo e portanto trata-se de um problema que existe em todo o Concelho, não explicitamente num ou noutro sítio, mas em todo o Concelho e portanto a necessidade urgente de programação com as entidades intervenientes num processo de diálogo.

Sabemos que não há autorização para a utilização de herbicidas, o que é verdade é que em muitos locais as ervas proliferam em passeios, em zonas habitacionais e portanto a situação nalguns locais agrava-se. Gostaríamos de ouvir também aqui da parte do Executivo as decisões que estão a ser tomadas para resolver e minimizar estas situações. Nós fomos alertados por um Munícipe relativamente a uma situação que tem vindo a acontecer no Parque Urbano da Costa da Caparica relativamente à lagarta do pinheiro e aos problemas que daí advêm. Portanto, não é um caso que surge exclusivamente naquele local, mas pensamos que também aí deve haver uma intervenção.

Referiria para concluir, dois aspetos que são os seguintes, na rua Eduardo Viana ao Chegadinho, no Feijó, uma obra inacabada, uma edificação não concluída da firma Costol S.A., não sei se já acabou ou não acabou, se eventualmente entrou em falência. A verdade é que existe nesta edificação uma placa “Quinta Alto da Ponte” e o que ali acontece é a permanência de uma grua que segundo os moradores da zona já ali está há aproximadamente sete anos sem ter qualquer utilização. Do ponto de vista técnico e isto vamos aprendendo, a lança gera ventania o que é uma situação positiva, porque os riscos são menores. De qualquer forma gostaríamos de deixar aqui este alerta, é relativamente exatamente porque merece uma atenção especial por parte da Câmara e pensamos que merece mesmo.

Nós temos no nosso Concelho vários exemplos sobre a valorização da imagem urbana que é referido também no Relatório e portanto em várias zonas do Concelho grupos de jovens e menos jovens de grafiteiros, fazem os grafites como na zona do Centro Sul, como na zona da Romeira, como também um grafite que foi feito, não propriamente um grafite mas um desenho, uma pintura dos SMAS na Caparica e nós equacionamos, interrogamos a Câmara Municipal de Almada sobre a possibilidade de contato com a Base Naval do Alfeite no sentido de promover a ocupação de parte do muro da rua José Carlos de Melo, porque entendemos que a iniciativa e a capacidade de inúmeros jovens e menos jovens com trabalhos executados que eventualmente poderiam passar por temas como a Marinha, a Indústria Naval fazendo um apelo para que esta sugestão possa ser acolhida. Porquê? Porque naqueles muros existem muitos tags ou como isso se chama, mas não são grafites e são coisas que não animam ninguém quando ali passam. Alguns desenhos e alguns símbolos que ali estão merecem a nossa reprovção. E portanto achamos que é tempo que existem condições no Concelho tal como aconteceu noutros locais para que haja ali uma intervenção neste muro.



E para concluir, existe um quiosque situado na rua da Sociedade Filarmónica União Piedense, logo a seguir à piscina que está encerrado e gostaríamos também de saber qual é a ideia, se é ele continuar encerrado, se é ir de um local para outro local ou eventualmente entrar em funcionamento. Qual o futuro daquele quiosque?”

6.2.3 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Quando vinha para a Assembleia vim pela avenida a que nós chamamos a avenida da Lisnave e eu não tinha intenção de falar disto, mas acontece que nós vínhamos no carro e inadvertidamente passamos sobre uma das muitas poças de água que estão na zona que é a chamada zona ciclável e fizemos um grande banho de água para o passeio, mas felizmente não estava lá ninguém. Isto acontece com muita regularidade e eu acho que a maioria das pessoas, principalmente agora que tiraram aqueles separadores que faziam a divisão entre a estrada e a zona ciclável há muitas pessoas que se aproximam mais da berma e portanto os carros entram com facilidade naquela zona e aquilo é tremendo, principalmente para as pessoas que estão nas paragens dos autocarros. Eu gostaria de saber se está prevista alguma intervenção breve porque o tempo está muito chuvoso e as pessoas passam ali um mau bocado. Mas agora, a parte que eu tinha preparado para a minha intervenção. Eu sei que o Sr. Presidente da Câmara esteve presente na COP 21 em Paris e sei que Almada teve um destaque especial que eu saúdo e gostava de saber a sua opinião sobre o que se passou nessa reunião sobre alterações climáticas e também o que se passou na Cimeira dos Líderes Locais onde foi aprovada a Declaração de Compromissos dos Presidentes de Câmara Municipal e das regiões sobre as questões relacionadas com o combate e mitigação dos efeitos das alterações climáticas ao nível da administração local.

Gostava que nos dissesse qualquer coisa sobre este assunto, porque é um assunto que de facto está na ordem do dia e é de extrema importância para o futuro do nosso planeta.

Mas agora queria recordar-lhe uma coisa que se passou aqui na Assembleia, na última Sessão que tivemos, em que o Sr. Ilídio Ramos, um Município que fez uma pequena intervenção, veio pedir que tivessem em conta que o Parque Júlio Ferraz, junto ao Fórum Romeu Correia é muito frequentado por canídeos que sujam a relva e que depois impedem que as crianças possam usufruir daquele espaço. Eu sei que existe uma solução boa para essa finalidade no Parque da Paz e que tem sido bastante bem sucedida. Pergunto se já está prevista alguma solução para o Parque Júlio Ferraz, porque é o centro da cidade, as pessoas vão ali com frequência fazer as suas compras, passar um bocado da sua tarde, principalmente nos dias em que o sol é acolhedor, e de facto as crianças não podem estar com à vontade na relva porque se confrontam muitas vezes com a sujidade dos canídeos. Eu pergunto se já está pensada alguma solução, não sei se semelhante à do Parque da Paz ou se outra qualquer que os técnicos possam ter encontrado.



E não posso deixar de me congratular com o facto de a Câmara Municipal ter garantido as refeições aos alunos durante a época das férias de Natal. Parabéns pela iniciativa, é de todo desejável que isso continue a acontecer, porque de facto no nosso Concelho continuamos a ter crianças com fome.”

6.2.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Salvado (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A questão que trazemos para este ponto prende-se com uma iniciativa levada a cabo pelo Executivo durante a época natalícia. Durante esta quadra é suposto e bem o Executivo organizar uma série de iniciativas no Concelho e entre elas este ano surpreendeu-nos com algo um bocadinho, teria muitos adjetivos e não é isso que está em causa agora aqui adjetivá-la, mas sim pôr em causa a mesma, o desperdício pensamos nós de verbas a que está associada. No Largo Gabriel Pedro durante praticamente um mês ocorreu uma feira se assim podemos dizer, destinada à diversão de crianças e penso que esta imagem concluiu bem aquilo que ali se passou durante tanto tempo de uma forma despropositada e julgamos nós sem grande capacidade de atratividade para o efeito, que é tentar meter o Rossio na Betesga. Aquilo era de um tamanho abissal, os proprietários dos cafés tiveram oportunidade, penso eu, de também pôr em causa aquela iniciativa, um mês praticamente à chuva, ao frio, sem grande utilização e que dizer se a Câmara organiza coisas que são de saudar e de louvar e como contraponto a esta tivemos o Mercadinho de Natal que poderíamos até dizer que poderia ter outra dimensão. Era difícil chegar à Oficina da Cultura porque a quantidade de pessoas que procuraram aquela iniciativa é de tal ordem que quatro dias para aquela iniciativa foi pouco, o espaço é reduzido e contraponto a isto temos algo que é despropositado, que não tem grande qualificação e não dignifica absolutamente nada a Câmara. Acho que nenhum Município que tenha passado ali ficou indiferente ao sucedido, aquilo é anacrónico, nem nos anos oitenta numa qualquer terrinha poderíamos ter visto uma coisa daquelas e assim se estraga qualquer coisa que é o trabalho de uma Câmara durante aquela época. E sem me alongar muito mais sobre isto, mas também para saudar iniciativas como o Mercadinho de Natal que foi inclusive, que passou na TSF, tem grande sentido de oportunidade e de ano para ano tem tido grandes resultados, mas ao mesmo tempo e em paralelo fazer coisas como estas, quase que estraga o trabalho de uma Executivo.”

6.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu hoje tenho duas questões para levantar, vou tentar ser o mais breve possível. Uma começa na intervenção de uma Senhora que ontem falou sobre as refeições escolares e alguns problemas na escola. Não propriamente diretamente sobre esse problema, mas sobre o facto de ela ter referido que tinha questionado a Câmara Municipal várias vezes sobre o assunto sem resposta.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Também na última Sessão houve aqui um Munícipe que, o mesmo que falou sobre a questão do Parque Júlio Ferraz, que veio referir alguns problemas relativos à Ciclovia Cacilhas/Parque da Paz, nomeadamente a presença de uma empresa de transportes que utiliza a Ciclovia como garagem e como armazém caixote de lixo, que também pareceu que não tivesse uma resposta. Aliás, vejo todos os dias que não tem resposta, porque é um sítio onde eu passo todos os dias e não tem resposta. Isto é uma questão que me preocupa. Aliás, eu também como Deputado Municipal tenho levantado uma série de problemas, às vezes são problemas mais estruturais e mais complicados para os quais compreendo que não possa haver uma resposta no dia a seguir ou no mês a seguir. Alguns são divergências, como é evidente não será assim tão fácil, mas preocupa-me que mesmo questões que são extremamente simples, como por exemplo tirar de cima da Ciclovia caixote de lixo de uma empresa, é uma questão simples. Não percebo porque é que não foi resolvida e fico com uma sensação assim um bocado amarga de questões que são simples e que não são resolvidas ou dos Múncipes que não têm resposta. Aliás tive também algumas queixas de Múncipes que por acaso porque conversamos que por exemplo tinham reclamações no livro amarelo, que também não tinham resposta. Isto leva-me à pergunta que é, existe algum protocolo na Câmara relativamente a tempo de resposta que se deve dar aos Múncipes? Há organismos que na sua avaliação e mesmo na avaliação dos trabalhadores, no SIADAP, têm prazos de resposta definidos. A minha pergunta é nesse sentido, se há em termos dos organismos ou dos trabalhadores essa obrigação ou esse objetivo. Quanto a mim, eu acho que deveria existir. Como é evidente o papel da Assembleia não é a gestão diária da Câmara, mas preocupa-me muito esta questão da falta de resposta em relação às questões e aos problemas dos Múncipes.

No mesmo sentido, também tive queixas e há situações que eu conheço que têm a ver com a ECALMA. Primeiro comecei a falar com pessoas que tinham pedido o cartão de residente e que estavam há um mês à espera do cartão de residente, o que me parece um prazo para lá do razoável. Só que fui falando com mais pessoas e percebi que havia pessoas que estavam há cinco meses à espera do cartão de residente. Cinco meses. Pessoas que pediram o cartão de residente há cinco meses e que não o receberam. Aliás, também verifiquei que não existe, quando as pessoas pedem um cartão pela net, e é assim a maior parte das pessoas trabalham não têm tempo para se deslocarem à ECALMA para entregar os papéis, quando as pessoas pedem o cartão pela net o sistema não envia uma confirmação. Temos aqui uma falha que me parece importante e que precisa de ser resolvida. Agora. Eu queria perceber esta questão. Eu acho que uma semana é um prazo razoável para receber o cartão de residente, quinze dias é aceitável, que haja pessoas que estão há um mês ou cinco meses à espera do cartão de residente parece-me de todo e absolutamente inaceitável e eu conheço os casos, vi os papéis, vi tudo. Portanto são confirmados.



Ainda sobre a ECALMA tenho tido outras queixas que são queixas em relação à discricionariedade da atuação da ECALMA. Pessoas que se queixam que por exemplo, vi em relação à zona da Mutela que a certas horas a ECALMA atua e chega a rebocar as viaturas das pessoas que foram ao Hospital Particular, que por exemplo à hora do almoço costuma estar tudo cheio de viaturas que não deviam lá estar, mas que há um restaurante e que haveria uma certa proteção dessa atividade por parte da ECALMA. Eu devo dizer também que constatei e também gostava de ter alguns esclarecimentos e acho que é uma situação um bocadinho ridícula, de pessoas que foram autuadas por ter o cartão de residente fora do prazo. Parece-me um bocadinho ridículo, e a empresa vai-se sujeitar ao ridículo de enviar uma autuação por uma pessoa estar num lugar que, não é residente, para uma morada dessa zona de residência, também queria algum esclarecimento sobre isso.

E novamente ainda sobre a ECALMA e sobre os sítios que fazem parte do Regulamento Municipal de Estacionamento, são zonas de residentes da ECALMA, nas quais existe uma atividade de sucateiro, e eu provo essa atividade com matrículas. Por exemplo na rua Jerónimo Osório contei e com a colaboração dos residentes dez viaturas em fim de vida, para não falar numa empresa de motociclos recém-instalada da qual eu falei na última Sessão porque utilizava para sua propaganda materiais do Município, achei curioso que ninguém me perguntasse nada depois, que ninguém quisesse saber nada, que ninguém tivesse ido saber nada sobre isto. Parece-me um bocadinho estranho que num local reservado a residentes haja dez viaturas em fim de vida. Isto é uma estimativa conservadora, porque há mais e que mais de metade daquele espaço seja ocupado ou por essas viaturas em fim de vida ou por viaturas das várias oficinas ali presentes vão mantendo no local ou então por um parque de estacionamento de uma empresa de venda de motociclos. Parece-me que são coisas que precisam de ser resolvidas e que no mínimo precisam de resposta.

Aqui há uns tempos houve aquele problema de informática dos SMAS que aparentemente estaria resolvido. Tive a informação de que recentemente houve pessoas que receberam contas de trezentos euros que ainda tinham a ver com essa, presumo eu, que ainda tinham a ver com isso, porque eram contas de pessoas que pagam contas relativamente pequenas por mês e que foram-se acumulando. As pessoas têm desconto automático e não foram ver as contas e os descontos não eram feitos. Tenho essa informação confirmada, também vi. Também queria ter alguma informação sobre isso.

Finalmente esta questão da resposta e da capacidade de responder aos Municípes e a relação com o Município. Eu penso que é fundamental, porque é isso que distingue uma administração pública moderna, democrática, daquilo que foi aquilo que nós conhecemos no Estado Novo, que é o Estado tem sempre razão, o cidadão nem sequer é cidadão, porque cidadão pressupõe exercício de cidadania. Eu penso que isto é um aspeto fundamental que



eu gostaria de ver corrigido, tratado e provavelmente ter uma resposta relativamente mais abalizada na próxima Sessão.”

6.2.6 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Permita-me Sr. Presidente que neste período da Ordem do Dia, deu uma informação à Assembleia que nos parece a nós membros da 4^a Comissão relevante. Nós temos tido uma atividade regular no âmbito das atividades da Comissão e temos acompanhado primeiro com o Município e agora mais recentemente em dezembro passado uma reunião com o IHRU para exatamente fazermos um levantamento e percebermos a situação real dos residentes do Bairro, dos Bairros da sua propriedade e consideramos que foi uma reunião importante, foram dadas muitas informações. E a Comissão reuniu e concluiu que dada a quantidade de informações, que cada um tomou as suas notas, mas para uma apreciação mais rigorosa dos dados fornecidos, a conclusão foi que deveremos formular perguntas concretas ao Presidente do IHRU, designadamente os montantes das verbas já utilizados na recuperação, verbas que serão alocadas para próximas obras de conservação. O IHRU fez uma explanação de que vai adquirir um conjunto de moradias, de prédios pertencentes a outras instituições e portanto nós ficamos com a ideia de que vai haver uma grande concentração de fogos no IHRU e todos eles muito degradados e todos eles em muito más condições. E portanto, concluímos que é uma frente e nós temos que continuar a acompanhar, a desenvolver trabalho e assim que estes dados que oportunamente também vou solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia que faça o favor de pedir ao Presidente do IHRU estes pedidos, faremos um Relatório à Assembleia e desenvolveremos e proporemos ações concretas. Foi-nos dito que efetivamente Almada está numa situação de precariedade habitacional complicada e portanto o trabalho de continuação e de aprofundamento sobre esta matéria vai obrigar a Comissão e se calhar em articulação com a Câmara outras situações. Creio que de forma sucinta estou a dar a informação das conclusões da nossa reunião, dizendo que efetivamente esta questão da habitação social da responsabilidade do Estado Central deve merecer também um acompanhamento. Também Sr. Presidente se me permite e na continuação do uso da palavra o Sr. Presidente fez distribuir um documento pelas bancadas sobre esclarecimentos dos serviços da Câmara, sobre situações levantadas ontem aqui por uma Munição, corroboradas pelo Sr. Deputado Nuno Matias. Eu creio que pelo que vem e por aquilo que percebi não há assim tanta falta de informação, porque já aqui está designadamente o ponto de situação e eu creio que, quer o que a Sr.^a Munição levantou, quer depois o que o Sr. Deputado reforçou, não corresponde totalmente à realidade. Há desde janeiro um levantamento de coisas e de questões que estão a ser feitas e depois hoje uma visita à escola que dá conta da real situação da escola. Sr. Presidente da Câmara, uma vez que o Sr. Vereador não está, entender dar alguma explicação adicional sobre aquilo que às bancadas foi distribuído, talvez



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

fosse interessante para perceber então quem é que fala verdade e eu acho que devem ser os serviços do Município, da Câmara.

Agora entrando nas questões de análise ao documento, eu creio que quem lê, nós estamos a analisar a atividade de dois meses, novembro e dezembro e creio que há aqui coisas que sobressaem de forma muito concreta que é e de alguma maneira já foi aqui abordado também que é a realidade social do nosso Concelho. Essa realidade social do nosso Concelho que decorre naturalmente de quatro anos de governação de austeridade, de cortes de salários, de cortes nas pensões, de dificuldades variadíssimas para manter a dignidade das famílias, tem sido o Município, tem sido a Câmara que efetivamente tem dado algumas respostas na base da solidariedade, porque há coisas que não são da competência dos Município e isso devemos valorizar e isso deve ser valorizado e também neste Relatório de Atividade de dois meses sobressaem uma quantidade e qualidade de trabalho que nós não podemos ignorar. Eu creio Srs. Deputados, Sr. Presidente que na questão por exemplo, o Sr. Presidente da Câmara deu já algumas indicações para início de debate sobre a questão, sobretudo no eixo da educação. Mas eu creio que também os residentes do Pragal poderão ficar contentes, na medida em que está aqui colocado que, enfim está uma proposta para, creio que o Sr. Presidente referiu da Charneca de Caparica, mas creio que este investimento para a área do Pragal com o objetivo de permitir a eliminação do regime duplo na Escola Básica do 1º Ciclo do Pragal 1, parece-me relevante. E também me parece que para ilustrar aquilo que estava a dizer sobre as dificuldades económicas das famílias, enfim há crianças com fome e cada vez mais, mas também é cada vez mais as verbas e a assistência e a solidariedade que a Câmara presta e basta ver que para além das refeições fornecidas no período escolar foram servidas mais de treze mil e cem refeições no período da interrupção letiva, o que significa que hoje muitas crianças se não foram comer às escolas em que o Município está a financiar essas refeições, é mais uma demonstração da necessidade de apoio e digamos das políticas que nós estivemos a ser vítimas e que faz obrigatoriamente desviar verbas de outras zonas também importantes para a qualidade de vida dos munícipes para aquilo que não deveria ser a atividade principal do município. Por outro lado, e ainda sobre as questões sociais fala-se, quero relevar aqui coisas muito importantes como seja, e também já aqui foi referido sobre a percentagem das pessoas que recorreram à Câmara para no Plano Municipal de Emergência que é relativo ao quarto trimestre de 2015, eu chamo atenção para a percentagem significativa da tipologia familiar predominante que, é o monoparental feminino, não sei se isto é muito só a ver com a questão da violência doméstica, mas também seguramente terá, e portanto parece-me de relevar esta prioridade que o Município dá. Igualmente uma coisa que às vezes se pensa porque não é muito enunciado que há também violência sobre os idosos, ocorre também. Também chamar atenção para a rede de apoio a idosos vítimas de violência. Eu creio que há uma quantidade



de coisas que a Câmara não está distraída, que a Câmara atua junto das populações, junto destas camadas de maior risco e parece-me que quem ler isto com isenção e sem questões de iliteracia perceberá o grande esforço que a Câmara faz no acolher, no tentar resolver de facto em ações de solidariedade.

Depois valorizo também até tendo em conta o contraponto que são os Bairros Sociais do IHRU, digamos as intervenções do parque habitacional municipal. O Sr. Deputado do CDS diria que não, qual era, não sabia onde era, provavelmente sim, não diz onde foi, mas tem aqui um conjunto de intervenções que dá para perceber que em dois meses houve reparação em Bairros Camarários, reparações de canalizações, cobertura de edifícios, enfim está aqui também a questão da rua do Juncal que o Sr. Presidente da Câmara já informou e depois sessenta visitas a fogos camarários para realização de obras e realização de dezasseis pequenas intervenções de manutenção e conservação do parque habitacional camarário. Já agora valorizar também aquilo está aqui como um projeto piloto mas que tem interesse em aprofundar que é o acompanhamento dos processos concursais para aquisição de janelas eficientes e empreitada de remodelação da fachada e cobertura do edifício e o início da instalação do sistema solar e térmico fotovoltaico, incluindo coordenação dos intervenientes, planeamento, validade técnica da intervenção e contatos com os moradores e tudo isto está a ser feito também no âmbito da habitação social do município.

Por outro lado, e para finalizar, porque outras coisas nós podíamos aqui realçar, parece-me que é de sublinhar que a inserção por exemplo dos idosos e não só, mas esta articulação para as questões da saúde mental eu também valorizo muito, na medida em que há uma lacuna hoje muito grande no SNS, designadamente nos cuidados primários, que é de alguma maneira a falta de investimento na saúde mental. E a crise provoca depressões, a crise e as dificuldades económicas e os despedimentos, e as pensões cortadas e a precariedade do trabalho provoca toda uma situação psicológica que provoca casos de doença e este cuidado da Câmara para articulação para a qualidade de vida também das populações na área da saúde, parece-nos que é de relevar e parece-nos que seguramente nós quando fizermos a análise do Relatório do que se realizou em 2015, seguramente que podemos ter uma visão mais de conjunto, mas o somatório das informações bimensais, digamos assim, dá para hoje dizer que a autarquia está a cumprir com o eu programa, que a autarquia está a cumprir para resolver, atenuar problemas das populações e não é também demais lembrar, e o Sr. Presidente fê-lo, que mesmo para as questões do desenvolvimento, a continuação do trabalho e a abertura para ver e para discutir investimentos para o Concelho no sentido de arranjar e desenvolver postos de trabalho, parece-nos que estamos no bom caminho e a CDU congratula-se com o trabalho desenvolvido pelo Sr. Presidente e por todos os Srs. Vereadores e Sr.ªs Vereadoras.”

6.2.7 - A Sr.ª Deputada Municipal Alexandra Correia (PAN):



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Já foram ditas aqui bastantes coisas, eu vou complementar até alguns assuntos que já foram referidos. Primeiramente e referente aos parques infantis apenas um apontamento de que existe um parque infantil em Vale Flores que está bastante mal tratado. O piso já está em muito mau estado, tem um escorrega e uma mesa. É uma zona que tem muitas crianças e não tem nenhum espaço seguro para que possam brincar, e aquilo é o único local pelo que apenas a indicação deste local.

Depois no que diz respeito à limpeza urbana, nomeadamente os grafitis e os tags, o PAN deu muito bem conta desta limpeza e apenas como nota, qual foi o critério da limpeza de alguns murais relativamente a partidos visto que os do PAN desapareceram rapidamente ao lado mantiveram-se até hoje.

Depois relativamente ao assunto de ontem, das refeições servidas na Escola de Vale Flores, já há algum tempo que nós tínhamos algumas queixas das refeições daquela escola, nomeadamente de duas funcionárias que se têm vindo já há alguns meses a queixar e de duas famílias também, de pessoas que eu conheço, e portanto só por ai posso acreditar, duas famílias que eu conheço, cujas crianças ali frequentam e que se têm queixado sempre muito da qualidade da comida. Não há provas, nós temos aqui o Relatório, não vou colocar em causa, eu não sei se quem lá foi provou a comida ou não, mas só a palavra de uma pessoa a dizer que é bom não me parece que seja o suficiente, e acho que não devemos dar o assunto por encerrado e continuar estas averiguações, não só naquela escola.

Depois para terminar, relativamente aos esforços da autarquia pelo tratar dos arruamentos, só referir mais um local que é de passagem diária na avenida Bento Gonçalves, no sentido Centro Sul para Almada, ali logo no início, depois do primeiro semáforo, numa curva existe uma depressão profunda que é numa curva, já ali está há muitos meses e para quem conhece chega ali e abranda rapidamente, para quem não, corre o risco ou de danificar o automóvel ou mesmo de em dia de chuva corre o risco de derrapagem. A primeira vez que ali passei há uns bons meses, confesso que foi uma boa pancada do carro. Também chamar atenção para este pormenor na avenida Bento Gonçalves.”

6.2.8 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito rapidamente e apenas porque a Sr.^a Deputada Municipal da CDU se referiu à intervenção da Muniçipe ontem, a Sr.^a Catarina Santos, da Escola de Vale Flores e sobre as comunicações que nos foram hoje entregues na Assembleia. Nós ontem não falámos sobre esta questão porque temos sempre muita dificuldade e sabemos que umas das queixas da Muniçipe foi precisamente em relação à qualidade das refeições. No Relatório que nos é entregue vem de facto um Relatório que é omissivo na qualidade da refeição. Ou seja, apresentação do serviço - Bom. E depois no prato de carne, que neste dia era peixe à



Gomes de Sá, não tem avaliação. Acompanhamento de glúcidos - batata - não tem avaliação; hortícolas ou saladas - não tem avaliação. Eu penso que é precipitado nós partirmos do princípio de que a Muniçipe não tinha razão. O Relatório não está completo e como tal nós ficamos sem saber se as refeições têm qualidade ou não, e o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda chama atenção para este pormenor e tendo também em atenção o seguinte, há duas avaliações de mau, uma diz respeito ao pavimento antiderrapante com inclinação suficiente e ralos protegidos, e à iluminação e depois há um histórico e não conformidades que são onze situações incorretas desde infiltrações ao entupimento da casa de banho, da cozinha, ao armário dos detergentes sem identificação. Não vou elencá-las todas, o documento está na nossa posse e eu creio que esta situação merece outra atenção que não o considerarmos que está tudo conforme.”

6.2.9 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós acabámos de ouvir aqui uma intervenção, no mínimo deselegante, em relação a uma Muniçipe, em relação também à minha pessoa, em relação ao facto de termos mentido, foi isso, e isso está gravado. E eu aconselho a Deputada Luísa Ramos a ir ouvir a gravação e as suas palavras. Disse que a representante da Associação de Pais mentiu e que eu corroborei essa mentira. Depois aconselho e sugiro que vá ouvir as suas mesmas palavras para ver a enormidade e a deselegância com que o fez, até porque como o Deputado Carlos Guedes acabou de dizer e bem, este Relatório aquilo que demonstra é que há realmente algumas deficiências que importa resolver, e foi isso que eu quis realçar. Porque eu também vi fotografias. Este Relatório fala em balneários, mas também fala numa outra casa de banho e eu ainda hoje tive a confirmação que os alunos se dirigem apenas a uma delas, porque esta não pode ser utilizada, porque realmente não está em condições e como aqui foi já dito e muito bem, este Relatório aquilo que diz é que há também deficiências no refeitório. E aqui não avalia a qualidade da refeição, como também aqui já foi dito. E parece-me no mínimo deselegante e eu não quero responder à deselegância, mas eu acho que era fundamental era resolver o problema. Porque aquilo que aqui foi transmitido é um problema que afeta crianças. Numa escola que não tem as mesmas condições que outras escolas que felizmente a autarquia tem providenciado e oferecido ao Concelho.

E aquilo que se passou aqui ontem foi um ato de cidadania de uma Associação de Pais que quis trazer problemas a esta Assembleia. Aquilo que hoje respondeu uma autarca, foi dizer que veio aqui mentir, quando ainda por cima vemos aqui fotografias de uma instalação escolar que não devia dignificar a nossa Cidade, o nosso Concelho e por comparação escolas que nós temos que são exemplares. Eu tive ocasião de o dizer ontem. A autarquia de Almada já investiu e bem. Eu disse isto ontem, e bem. Instalações com ótima qualidade, mas esta não é um exemplo e haver a deselegância de perante factos, fotografias, que no caso



até estão nalguns casos neste Relatório, e eu convido a Deputada Luísa Ramos a ver esta fotografia e se acha que isto é dignificante de uma instalação Municipal, e assumir ao ler este Relatório que tudo aquilo que aqui foi dito ontem é mentira, eu acho que o próprio Relatório entregue pelo Executivo que nós agradecemos, que teve a diligência e eu acho que isto devia ser também de destacar, perante a queixa houve a preocupação de ir averiguar. Eu acho que os factos que aqui dizem é que a escola merece mais atenção e urgente intervenção e nós não quisemos fazer disto um caso. A Deputada Luísa Ramos pela extemporaneidade das suas palavras e pela deselegância dos termos é que fez disto um caso.”

6.2.10 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu creio que se o Sr. Deputado Nuno Matias não tem mais nada para dizer, só de me chamar deselegante, o problema é dele. Agora, eu não fui deselegante, nem chamei mentiroso a ninguém, o que eu disse foi assim, ontem ouvimos uma Senhora Múncipe aqui falar, levantar problemas, problemas corroborados pelo Sr. Deputado Nuno Matias. Afinal temos aqui um Relatório, afinal quem fala verdade? Repito o que disse, aconselho a que o Sr. ouça a gravação, o que eu disse foi isto, afinal quem fala verdade? Porque também pode haver da parte do Relatório, porque eu sou franca não li as páginas todas, aliás a fotografia que o Sr. refere, o Sr. ontem falou de fotografias. O que é que nós aqui temos? Temos alguém a dizer que é um refeitório certificado. Eu duvido muito, a não ser que a autarquia possa levantar um processo ao refeitório, porque um refeitório certificado deveria ter em princípio, e foi isso que eu li, ideia de que há qualidade nas refeições. Mas depois o que se disse foi, as casas de banho não funcionam O que se disse foi isto e aquilo, e aquilo que o Relatório vem na base das visitas e que foi hoje, voltaram a acontecer diz é, há de facto uma infiltração na casa de banho que uma Sr.^a Professora até nem levantou grande questão, porque permite que as crianças utilizem a casa de banho do piso de baixo, e aquilo que eu considerei ontem de extrema gravidade pelos relatos feitos, hoje estaria mais atenuado pela informação dos serviços da Câmara. Foi o que disse e repito, afinal em função do levantamento do problema tão grave que foi aqui transmitido que nós assumimos como muito grave, hoje revela-se, mesmo aquilo que o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda aqui colocou, o Sr. Deputado Carlos Guedes, daquilo que não vem claro sobre a qualidade das refeições não pode fazer concluir que não prestam, quanto muito não têm apreciação. E Srs. Deputados a demagogia também tem que ter limites. Eu não estou aqui a dizer que o Presidente da Câmara ou os Vereadores da Câmara estão a ser cúmplices numa coisa que eu não sei se estão. Eu levantei o problema, afinal quem é que fala verdade? É este Relatório ou fora aquilo que ouvimos ontem num traço muito dramático, que eu fiquei, e a minha bancada muito preocupada.”



6.2.11 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu preciso e tenho que repetir o que já disse. A Sr.^a Deputada acabou de dizer que do Relatório não se concluiu que as refeições não prestam, eu repito, também não se concluiu que prestam. E essa dúvida permanecerá. E na dúvida eu não consigo não dar razão à Múncipe e mais às crianças que utilizam esse refeitório.”

6.2.12 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Obrigado Srs. Deputados pelas questões que colocaram que, tal como temos já noutras ocasiões afirmado, nos ajudam a ir encontrando melhor caminho. Como imaginam não será possível responder a todas as questões colocadas, mas iria pelo menos em relação a algumas referir. Foi-nos perguntado pelo Sr. Deputado António Pedro Maco sobre a atividade de Natal para o comércio, se já existia balanço. Não podemos dizer, existe uma Associação dos Comerciantes, como sabe, que terá uma opinião sobre esse período. Durante o período de Natal e dos contatos que fomos fazendo com vários membros dessa organização, a resposta seria positiva, mas sobre um balanço ponderado dessa organização que melhor que ninguém poderá saber dos impactos da atividade que fizemos. Nós ainda não temos. De qualquer forma continuaremos com certeza a fazer um esforço no sentido de que, nem sempre temos o resultado desejado, e para já para responder à questão colocada pela Sr.^a Deputada Ana Salvado nem sempre temos aquilo que desejamos, ou o resultado que desejamos, mas é o nosso esforço. Tem sido sempre assim, procurar responder às solicitações que nos são feitas para dinamizar, animar, dar vida, atrair pessoas a uma zona da nossa Cidade que durante muito tempo foi considerada uma zona abandonada e para a qual era necessário encontrar resposta. Não vamos acertar em todas, umas boas, umas vão sendo cada vez melhor, outras vão correr muito bem, depois há um que corre mal. O ano passado houve até uma chamada de atenção, penso eu que também de uma Sr.^a Deputada da sua bancada, em relação a uma iniciativa desta natureza, por causa de uma confusão que houve em relação à forma de organização dos espaços, penso que foi a Deputada Maria D’Assis. Ela não está aqui e também não vou remeter para as gravações, mas sei que foi feita uma crítica em relação a uma iniciativa que noutras vezes já tem sido elogiada. Procuraremos ir respondendo mesmo em relação a essa que se referiu. Houve inicialmente opiniões positivas, outras negativas, mas de facto há uma opinião dividida sobre a iniciativa que não resultou como era nossa intenção e era nosso desejo.

Em relação às vias de uma maneira geral, nós estamos a fazer um esforço não só para melhorar a nossa intervenção nas vias, depois para ter uma intervenção sistemática nas vias, em relação às grandes e em relação àquelas que têm maior movimento. Mas há imensa coisa para fazer e em dias como o de hoje e ainda a semana passada naturalmente



constatamos que a situação piorou significativamente e já foram arrastados os serviços para a necessidade de um conjunto de medidas urgentes de caráter corretivo, não estamos aqui a falar de medidas estruturantes, porque muitas das vias necessitam de facto de medidas estruturantes e não vamos também esquecer que se considerarmos como é o balanço dos serviços, que a nossa despesa em vias para as mantermos bem, será uma coisa na ordem dos duzentos milhões de euros. Temos que perceber que há aqui um trabalho de grande folgo para durante alguns anos com sistematização podermos corrigir, não só corrigir e dar naturalmente outras condições a vias que ao longo dos anos foram-se degradando. Porque é preciso dizer, todos apertamos o cinto e a Câmara de Almada tem contas equilibradas, tem um saldo de gerência, mas também apertou, também tivemos que fazer opções, é mais para o social, é menos para as vias, é mais para aqui, é menos para ali. Mas tivemos também que fazer opções e essas opções sobretudo em questões de manutenção depois também se pagam, são sacrifícios que nos foram exigidos injustamente, penso eu, porque houve muito dinheiro que foi canalizado para outros lados, também podia ter vindo e deve vir para as autarquias locais.

Em relação ao centro de Almada e à questão das passadeiras, atenção, o nosso entendimento é que o Centro de Almada é pedonal, quem tem que obedecer ao peão é o automóvel, e isso tem que ficar claro, a passadeira é dizer que aqui há uma zona para o peão. Não! Quem está lá mal é o automóvel, aliás estão lá umas coisitas para dizer que há um limite de velocidade, são os tais vinte quilómetros por hora. Mas de qualquer forma há uma intervenção que já aqui foi referida pelo Sr. Vice-Presidente em relação às questões relacionadas com a intervenção na Novalmadavelha que nos irá permitir tornar mais claro e admito que não esteja clara esta característica que gostávamos de manter para a zona central de Almada.

Onde foram feitas as intervenções no parque habitacional, naturalmente que nós fornecemos depois com gosto as intervenções. Há as intervenções diretas da Câmara, há as intervenções no âmbito das opções participativas, portanto há de vária natureza, mas houve um conjunto, mas agora não estou em condições de lhe dizer todas as que foram feitas ao longo do ano. Mas todos sabemos que a área do nosso parque habitacional e espaço envolvente, necessita de intervenção.

Nós fomos solicitados pelo Sr. Presidente do IHRU, já disse isto noutra ocasião, para podermos emparceirar ou promover, ou apoiar uma candidatura que rondava os onze milhões de euros para intervenções na área do parque habitacional e envolvente que são da responsabilidade do IHRU. E isto também reflete o que está para fazer em relação a essa área, que é uma área de grande dimensão, aliás é semelhante ao número de fogos que a Câmara detém aqui em Almada.



Nós fomos fazendo ao longo dos anos, não quer dizer que estejamos bem, não estamos a dizer isso, mas há de facto atrasos não só em relação ao edificado, mas também nas áreas envolventes e às vezes até nem sabemos bem o que é que é nosso e que é do IHRU, e aliás estamos a fazer diligências para que isso possa ser esclarecido para benefício de todos. O IMI das Coletividades. Procuraremos saber quais as que estão isentas e de facto, como diz, assim as Finanças nos forneçam esses dados, porque normalmente isso é das Finanças. Aquilo que temos dito e insistimos, é que todas as Coletividades devem pedir e têm que fazer os procedimentos normais, o seu reconhecimento como sendo entidades de interesse municipal e com isso passam automaticamente a ficar isentas, tanto quanto nos têm informado os serviços. Isso insistimos e temo-lo dito em todas as ocasiões.

Negociações para transporte de passageiros com os TST. Nós de facto para evitarmos ruturas nos transportes escolares ou na resposta às Associações e Coletividades ou outras solicitações que nos façam, temos um contrato com os TST que nos permite recorrer nessas ocasiões a um fornecimento dos autocarros necessários para estas atividades. Mantemos isso. Há um pacote que é contratualizado com os TST para responder a essas necessidades e por vezes acontece que não conseguimos, há falhas com o Flexibus. Ontem por exemplo estava um veículo que não é nosso, está ao serviço do Flexibus, lá estava o cartaz. É da Câmara? É pá esse até é nosso, mas podia não ser. Há o problema repetido com a população de Pêra que também frequentemente é servida pela APPACDM e por vezes avaria. Precisamos de manter este serviço.

Em relação ao Conselho Municipal de Comércio, são questões do funcionamento da Assembleia, não me vou pronunciar sobre isso.

Em relação às questões que o Sr. Deputado Pedro Oliveira colocou sobre as obras realizadas e não concluídas. Nós podemos criar até e sugerir na Assembleia uma comissão de acompanhamento das obras iniciadas e não concluídas que também nos ajudava a resolver um outro problema que foi colocado pelo Sr. Deputado Nuno Pinheiro, que é a questão das respostas e asseguraríamos que havia um interlocutor permanente que solicitaria à Câmara que as questões que fossem levantadas tivessem a resposta em tempo útil, não só aquela que resulta do Código Administrativo, mas aquela que resulta do bem conviver na nossa sociedade.

A questão do herbicida e da lagarta do Pinheiro. Temos informação, esse assunto esteve a ser tratado pelos nossos serviços, as questões da aplicação do herbicida, como imagina, têm uma componente técnica que tem a ver com a segurança da aplicação do herbicida e também o período do ano em que é mais adequada a sua aplicação. Nós também temos tido anos muito incaracterísticos nesta matéria. Temos o tal fevereiro em que a gente vê verdejar e depois a chorar, como a gente aprendia na nossa escola primária. Tem sido um ano um



bocadinho diferente daquele que seria de esperar, que eram os anos que tinham muito trigo, agora não é verdejar, há pouco trigo.

Em relação à questão da grua, iremos ver isso.

Às questões dos grafitis. Enfim, há o grafiti artístico, tudo bem, e nós temos promovido. Mas há o problema dos tags, e temos dado indicação aos serviços para uma intervenção de limpeza. Está feito esse desafio, há uma verba de duzentos e tal mil euros que provavelmente será necessário gastar para fazermos essa operação de limpeza, mas a questão está em cima da mesa. Há a questão de podermos ter que limpar os edifícios que são particulares e tem que se pedir autorização ao condomínio. São coisas que a própria Lei nos obriga. Mas esses assuntos não estão de maneira nenhuma esquecidos.

O Quiosque da União Piedense, assim como outros, iremos ver isso.

Cara Sr.^a Deputada Odete Alexandre, em relação à questão da avenida Povo MFA, carece de facto de uma intervenção em maior profundidade. Esse assunto tem estado a ser visto com o pelouro respetivo. Aquilo que se fez em relação à Ciclovía, também resultado de questões que nos foram aqui trazidas na Assembleia, foram questões mínimas, para minimizar os problemas que ali foram, mas é necessário uma intervenção mais profunda naquela via.

A questão dos canídeos e do parque para os cães. Não temos ainda a solução para o Parque Júlio Ferraz. É essa questão que se trata, enfim, como é que se vai encontrar uma área específica para canídeos num parque com aquelas características? No Parque da Paz é possível encontrar, há outros parques onde é possível encontrar. Para ali a solução não pode ser exatamente a mesma. Agora, temos um problema sério, com muita queixa de Municípes relacionados com os dejetos dos cães, e não é só este específico, há muito mais do que isso. Há o problema das pessoas que levam os sacos para casa, outros não levam os sacos para casa e nem sequer se preocupam com os sacos. Há um problema de civismo, há um problema de vigilância, há um problema eventualmente de alguma atitude repressiva, depois não venham dizer que há a ECALMA dos cães, porque não é disso que se trata. O nosso desejo é que isso possa ser tratado com respeito pelos animais, com respeito pelos seus donos, mas é um problema que de facto nos preocupa muito e não só a nós, isto é um problema quase que nacional, esta questão que tem vindo a ser colocada.

Em relação à COP. O que gostaríamos, o que temos em vista e que talvez, estamos a procurar concretizar neste contexto, é uma Conferência, uma iniciativa a realizar por volta do dia 22 de abril, que é a data para a qual está prevista a assinatura formal daquilo que ficou acordado em Paris e realizarmos uma iniciativa com estas características aqui em Almada. Ainda não temos isso completamente fechado, temos estado a estudar essa possibilidade de a realizar e a podermos dar a conhecer de uma forma mais ampla do que aquilo que foi ali discutido que são matérias da maior importância. Há um risco elevadíssimo de nos próximos decénios as condições climatéricas e as condições de vida da população, da humanidade se



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

alterarem substancialmente com elevadíssimos riscos para todos mas em particular para as zonas ribeirinhas como é o caso aqui também nosso de Almada. Mas volto a dizer, não só em relação a nós como em relação a todos. É necessário um esforço, é necessário uma compreensão grande e para que haja a redução dos dois graus centígrados em relação àquilo que se prevê que vinha a ser o aquecimento, é necessário investimentos que se prevê que sejam investimentos na ordem dos cem mil milhões de euros por ano a partir de 2020. E é evidente quem é que paga os cem mil milhões de euros. Vamos ver se o acordo que ficou formalmente admitido consegue depois ter pernas para andar e vamos ver o que vai ser assinado de facto no dia 22 de abril. Se for, já é mais um sinal, mas de facto empurrou-se para 2020, e foi de facto com a ajuda das Cidades, a ajuda dos Municípios, e estiveram lá para fazer esse lóbi dos Estados que se foi nesse sentido. Porque há países que vão desaparecer, porque se as águas subirem aquilo que está previsto subirem, há países que desaparecem, países da Micronésia, nessas áreas do Pacífico. Alguns irão mesmo desaparecer. Mas tudo isso tem um custo e esse custo é preciso que alguém pague. E essa questão não está claramente resolvida. Não me iria reter mais tempo nisso.

Em relação às questões que o Sr. Deputado Nuno Pinheiro colocou, várias de vária natureza, quero-lhe dizer que há sempre resposta. E não acho que foi feliz a sua assimilação do Estado Novo com a administração democrática. Enfim, fica bem, todos temos direito a alguma incontinência verbal em qualquer momento da nossa intervenção e eu pessoalmente não levo isso a mal, porque entendo o sentido da sua intervenção, mas sinceramente há um esforço grande por parte do Município, não é qualquer coisa que a gente delegue nos serviços, é da responsabilidade do Município em responder aos nossos Municípes em todas as matérias. Agora, nem sempre é a resposta que a gente quer. Isso é que é a questão. É que nem sempre é a resposta, nem sempre é em tempo, e o caso mais exemplar é aquele que nos levou aqui à parte final da interpelação. As matérias que foram ontem colocadas pela Sr.^a Muniçipe não estão fechadas, que isto fique claro.

Não é possível trazermos hoje aqui uma resposta aos Srs. Deputados sobre esta matéria. Responsavelmente há uma primeira informação que vem dos serviços, há mais informações que vêm dos serviços. Eu próprio disse que iria visitar o local, ontem à Senhora, e haverá uma resposta que é a resposta que nós queremos, não é a resposta que aqui se traz, a resposta que nós queremos é que os problemas sejam resolvidos, essa é que é a resposta, e é isso que nós trabalhamos e estamos empenhados em fazer. E a questão das escolas, dos parques escolares, há um compromisso que assumimos com umas centenas de milhares de euros de que em relação ao parque escolar do 1º Ciclo ou de Ensino Básico, Jardim de Infância da responsabilidade da Câmara iríamos fazer tudo quer no que diz respeito à parte da estrutura, à parte dos edifícios, quer no que diz respeito à parte dos equipamentos, designadamente os equipamentos de caráter informático e também ao dotar das salas de



aulas para terminarmos com os regimes duplos. Estamos nessa linha, estamos a trabalhar nessa direção e naturalmente iremos aplicar os fundos que temos, felizmente temos para poder ir corrigindo isso. Agora, e coisas destas algumas ainda irão aparecer, acreditamos que no final do ano as coisas estarão já muito melhores, já situações serão residuais e acreditamos que com o tempo resolvemos.

Sobre o fornecimento das refeições. Há o acompanhamento que é necessário fazer da entidade que faz o fornecimento das refeições, é necessário também da nossa parte assegurarmos as refeições para que os refeitórios e as cozinhas funcionem de acordo com aquilo que são as exigências técnicas dos dias de hoje e faremos tudo nesse sentido.

Sobre as questões do IHRU, a Sr.^a Deputada Luísa Ramos colocou, já referi, nós estamos também apostados em encontrar com todos os outros parceiros a forma de darmos resposta à enorme necessidade de habitação que ainda temos, e num dia como o de hoje o que apetecia falar é dizer começarmos a falar por aí, com certeza que as pessoas que estão nessas condições não estão propriamente a fazer campismo, é isso que a gente deve ter ideia. Este vento, esta chuva, este frio, temos que pensar que mesmo nós aqui incomodados com mais ou menos mantas e mais ou menos casacos pelos joelhos estamos substancialmente melhor do que eles. E isso é que me preocupa e preocupa todos os que estão nesta sala e é aí o nosso empenhamento em que seja dada toda a prioridade à resolução do problema de realojamento, em particular daqueles que estão em piores condições e procurando as soluções mais sólidas possíveis, soluções que se possam assumir. Nós temos uma dívida de habitação que cresceu duzentos mil euros ao ano, pessoas que não pagam. Nós temos um problema de muita gente que não paga. E até se podia perguntar, mas não podem mesmo pagar os quatro euros que custa a renda? É também um tema interessante para falarmos, temos que resolver o problema da habitação mas também começarmos a caminhar no problema da nossa responsabilidade social, de todos em relação à habitação social. Isto não é só uma coisa de pobrezinhos. Que a gente entenda isto. É dos pobrezinhos, entra tudo na caridadezinha. Não acompanho esse raciocínio. É uma responsabilidade social em toda a sua dimensão, e em toda a sua dimensão é esse o nosso entendimento sobre isso.

Sr.^a Deputada Alexandra Correia, penso que em relação às questões que colocou, questões concretas, designadamente em relação à questão do parque infantil. Essa matéria tem vindo a ser tratada. Nós temos um programa de renovação dos parques, é de facto um problema também de grande dimensão e de grande desperdício, temos vindo todos os anos a renovar alguns parques e podemos dar mais prioridade a um ou outro e procuraremos minimizar, mas hoje a questão de segurança das crianças e designadamente dos parques infantis é uma questão que ganhou uma enorme dimensão e fomos extremamente pressionados em relação a isto, às vezes até ficamos com a convicção que há algum exagero nessa matéria, mas tal



como aqui já foi dito, tudo pelas crianças, e também não vamos aqui prescindir da nossa responsabilidade em relação a isto.”

6.2.13 - O Sr. Vereador e Presidente do Conselho de Administração dos SMAS - José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Deputado Nuno Pinheiro, se nos detivermos relativamente ao período que estamos aqui a falar, os SMAS terão feito duzentas e vinte mil faturas, fazem isso conforme diz na página 19. Cinco a sete mil faturas dia. Neste período houve vinte e cinco reclamações, página 31, das vinte e cinco reclamações, dezoito foram respondidas nesse mesmo período. O que posso dizer é que não há nenhuma situação de anormalidade neste processo. É evidente que em milhares de faturas haverá sempre faturas que os cidadãos não concordam com o seu resultado. Depois há sempre um processo, há quarenta e quatro mil cidadãos que têm por débito direto que é um número muito interessante. Como sabem no dia 1 de janeiro houve alterações nos bancos de processo chamado SEPA que é um processo de análise desses processos de débito direto e por vezes acontece que o cidadão não tem naquele momento, este é um exemplo, não estou a dizer que é no caso que trouxe aqui, mas sei que há situações por exemplo que o cidadão não tem naquele momento a verba necessária para que o banco processe esse débito e ao não fazê-lo nesse momento pode levar algum tempo a fazê-lo ou pode no limite não o efetuar, e se não foi efetuado passar o prazo do débito, naturalmente que esse valor acresce na fatura seguinte e isso pode crescer dois ou três meses se não for processado, e às vezes o banco não comunica com o cidadão e o cidadão não vai ver o seu movimento bancário e pode estar em falta não sabendo que está em falta, e ninguém lhe disse no bando que eles tentaram fazer a aplicação e não foi possível fazer a aplicação. Não há nenhum problema, isso eu queria assegurar-lhe, não há nenhum problema anormal naquilo que é o processamento. Há estas circunstâncias e que têm esta dimensão, duzentas e vinte mil faturas, vinte e cinco reclamações.”

6.3 - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 152/XI-3º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 22/02/2016, sobre “Protocolo de Delegação de Competências do Município de Almada na Área Metropolitana de Lisboa no domínio da gestão de transportes públicos”, (**Conforme Anexo XVII**).

6.3.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.3.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Esta é uma questão de facto de grande importância, em relação à qual é necessário que a Assembleia se pronuncie, como é do conhecimento geral foi alterada a legislação nesta matéria. Foram transferidas competências da Autoridade Metropolitana de Transportes de



Lisboa para a Assembleia Metropolitana de Lisboa, a quem passaram a caber responsabilidades de negociação com os operadores, designadamente com os operadores rodoviários nesta área.

Tendo em conta as características da nossa Região e da rede de transportes, entendeu a Área Metropolitana de Lisboa e entenderam os Município da Área Metropolitana de Lisboa que esse processo negocial devia ser conduzido com a participação, envolvimento dos Órgãos da Área Metropolitana, concretamente do Conselho Metropolitano e da Comissão Executiva. Isto porque naturalmente para além daquilo que são os percursos e os projetos no âmbito de cada Município, grande parte dos trajetos são intermunicipais e portanto envolvem vários Municípios, sendo necessário que haja racionalidade nas propostas que se façam e nas obrigações que se estabeleçam.

Até ao dia 29 de fevereiro as entidades, os operadores vão carregar na base informática os trajetos que se propõem fazer, as linhas que se propõem fazer e a partir de dia 1 de março era nosso desejo que se iniciasse um processo que deve estar concluído até ao final do 1º semestre, mais ou menos, se não estou em erro.

Entendeu-se neste contexto que terá a componente de caráter transitório porque é possível que todos este processo possa ainda ser reavaliado e possa vir a evoluir, porque há questões da maior importância relacionadas com o financiamento do sistema que não estão ainda claramente assumidos, pelo menos no entender de alguns. Mas, neste contexto entendeu-se que deveriam os Municípios e o Parecer dos Municípios ter um forte caráter vinculativo, em particular no que diz respeito às redes no interior do Município, quer no que diz respeito às redes intermunicipais.

O processo de audição e participação municipal, neste processo, fica garantido e o protocolo que está estabelecido reflete isso. O Protocolo foi aprovado por todos os Municípios menos o Município de Cascais que está orientado, tanto quanto parece, no sentido de se assumir ele próprio como Autoridade Metropolitana e provavelmente adquirir a propriedade das empresas que exercem e que operam no âmbito do seu Município. Há ali um processo que o Município de Cascais entende que tem condições para desenvolver e nós respeitamos e não se vincula a este Protocolo. Mas todos os outros estão nesse sentido.

Naturalmente que estamos abertos, isso já foi dito, que podendo haver neste processo de aprovação pelos Órgãos Municipais ainda alguma alteração que tenhamos ainda que ponderar sobre ela, se ela for substancial.

Mas o processo está bem encaminhado, pensamos nós, e a proposta é que se aprove o Protocolo, a Proposta de Protocolo que aqui trazemos.”

6.3.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 152/XI-3º, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:



Deliberação

A Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal a Minuta de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Almada e a Área Metropolitana de Lisboa no domínio da gestão dos transportes públicos urbanos, assumindo a natureza de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, ao abrigo, nos termos e para os efeitos na Lei do Regime Jurídico do Sistema Público de Transportes de Passageiros conjugado com as disposições aplicáveis da Lei do Regime Jurídico das Autarquias Locais, da Transferência de Competências das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico.

Pretende a Câmara Municipal a autorização da Assembleia Municipal para celebrar em nome do Município o referido contrato.

Considerando o objeto e objetivos do presente Protocolo de Delegação de Competências, tal como é referido, de aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, e melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.

Pelo que:

- 1 - A Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I a que se refere o nº 2, do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a Minuta do Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Almada e a Área Metropolitana de Lisboa no domínio da gestão dos transportes públicos urbanos, assumindo a natureza de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências nos termos previstos nos artigos 6º, nº 2 e 10º do Regime Jurídico do Sistema Público de Transportes de Passageiros, aprovado pela Lei nº 52/2015, de 9 de junho, conjugados com o disposto nos artigos 116º a 123º e 128º a 130º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou, designadamente o regime jurídico da transferência de competências.
 - 2 - Autoriza a Câmara Municipal em representação do Município de Almada a celebrar o referido Contrato de Delegação de Competências, nos precisos termos contantes da deliberação camarária de 22 de fevereiro de 2016.
- 6.4 - Entrou-se nos pontos 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 3.10, 3.11, 3.12, 3.13, 3.14, 3.15, e 3.16 da agenda com a apreciação e votação das Propostas N.ºs 153/XI-3º, 154/XI-3º, 155/XI-3º, 156/XI-3º, 157/XI-3º, 158/XI-3º, 159/XI-3º, 160/XI-3º, 161/XI-3º, 162/XI-3º, 163/XI-3º, 164/XI-3º, 165/XI-3º e 166/XI-3º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 17/02/2016 e 22/02/2016 respetivamente, sobre “Designação dos Júris para Concursos de Cargos de Dirigentes/SMAS”, “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 3º grau - Gabinete de Execuções Fiscais”, “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção



intermédia de 3º grau - Gabinete de Consultoria Jurídica e Contencioso”, “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 1º grau - Serviço de Saúde Ocupacional CMA/SMAS”, “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 3º grau - Serviço Veterinário Municipal”, “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 3º grau - Gabinete de Atendimento Municipal”, “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau - Divisão de Educação”, “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau - Divisão de Manutenção e Logística”, “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau - Divisão de Desenvolvimento Económico”, “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 3º grau - Gabinete de Imagem e Marketing”, “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau - Divisão Administrativa”, “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau - Divisão de Sistemas de Informação”, “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 1º grau - Departamento de Salubridade e Espaços Verdes” e “Designação de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Gestão e Administração Urbanística 1”, por voto secreto, (**Conforme Anexos XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX e XXXI**).

6.4.1 - Para apresentação das referidas Propostas usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.4.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Penso que é suficientemente claro aquilo que temos. Temos o Município de Almada como já foi discutido em anteriores reuniões da Assembleia, entendeu remeter para uma macroestrutura, de acordo com aquilo que se consideram as suas necessidades atuais, tendo em conta as possibilidades que lhe foram colocadas no Orçamento de Estado o ano passado. Contas equilibradas e sustentabilidade financeira, poder dotar-se dos dirigentes que necessite e das Unidades Orgânicas que entendesse como necessárias.

Na sequência desse processo já foi dada posse aos Dirigentes de 1º Grau que referimos há pouco na nossa informação e agora trata-se de completar esse processo e é aquilo que está à consideração dos Srs. Deputados Municipais.”

6.4.2 - Não havendo pedidos de palavra procedeu-se à distribuição dos boletins de voto e realizou-se a chamada, tendo os Srs. Deputados presentes exercido o seu direito de voto.

6.4.3 - Findas as votações os Srs. Deputados Secretários da Mesa procederam ao escrutínio.

6.4.4 - O Presidente anunciou os resultados por Proposta:



6.4.4.1 - DPCQA/SMAS - Proposta Nº 153/XI-3º, exerceram o direito de voto 37 eleitos, registando-se vinte e dois (22) votos Sim, um (1) voto Não, dez (10) Abstenções, três (3) Brancos e um (1) Nulo;

6.4.4.2 - DGRD/SMAS - Proposta Nº 153/XI-3º, exerceram o direito de voto 36 eleitos, registando-se vinte e um (21) votos Sim, um (1) voto Não, dez (10) Abstenções, três (3) Brancos e um (1) Nulo, (não votou a Proposta o Sr. Deputado Municipal e Presidente da Assembleia Municipal José Manuel Maia Nunes de Almeida, declarando impedimento);

6.4.4.3 - DEU/SMAS - Proposta Nº 153/XI-3º, exerceram o direito de voto 37 eleitos, registando-se vinte e dois (22) votos Sim, um (1) voto Não, dez (10) Abstenções, três (3) Brancos e um (1) Nulo, através da seguinte deliberação:

Deliberação

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou nos termos e para os efeitos legais a Reestruturação Orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, deliberação que foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15, sendo publicada com o respetivo Regulamento no Diário da República, 2ª Série, de 26 de março de 2015, consagrando designadamente a criação de departamentos e divisões de serviços. Considerando a proposta da Câmara Municipal, iniciativa dos serviços municipalizados, submetida à deliberação da Assembleia Municipal.

Considerando também que nos termos legais é competência da Assembleia Municipal deliberar sobre a composição do júri de recrutamento de cargos dirigentes.

Nestes termos e ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, e em consideração da alínea m), do nº 1, e alínea k), do nº 2, ambas do artigo 25º, do anexo I a que se refere o nº 2, do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada, aprova a Proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião camarária de 17 de fevereiro de 2016, designando os Membros dos Júris dos Concursos para os Provimientos de Titulares dos seguintes Cargos Dirigentes dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada - SMAS:

1 - Departamento de Produção e Controlo da Qualidade da Água

Presidente - Carlos Manuel Cavaco Sousa, Diretor Delegado dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

1º Vogal efetivo - José Luís Belona da Graça, Diretor de Departamento de Assuntos Europeus e Sistema Português de Qualidade do Instituto Português de Qualidade

2º Vogal efetivo - Nuno Jorge Lança Santana, Técnico Superior da Divisão de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada



1º Vogal suplente - Ramiro Cipriano Rosado Norberto, Diretor de Departamento de Gestão de Redes de Água, Drenagem e Logística dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

2º Vogal suplente - Nuno Filipe Saudade e Silva Águedo Serrano, Diretor de Departamento de Projetos e Obras dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

2 - Divisão de Gestão de Redes de Drenagem

Presidente - Ramiro Cipriano Rosado Norberto, Diretor de Departamento de Gestão de Redes de Água, Drenagem e Logística dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

1º Vogal efetivo - Luís Manuel Lopes, Chefe de Divisão de Redes e Manutenção dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures/Odivelas

2º Vogal efetivo - Ana Rita Amaral Maia de Almeida, Técnica Superior da Divisão de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

1º Vogal suplente - Jorge Manuel de Jesus Marques, Chefe de Divisão de Metrologia e Instalações de Contadores dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

2º Vogal suplente - Paulo Jorge Silva Gonçalves, Chefe de Divisão de Produção de Água dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

3 - Divisão Empreitadas e Urbanizações

Presidente - Nuno Filipe Saudade e Silva Águedo Serrano, Diretor de Departamento de Projetos e Obras dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

1º Vogal efetivo - Gertrudes Maria Gomes Santos Pedro, Diretora de Departamento de Rede Viária, Manutenção, Logística e Transportes da Câmara Municipal de Almada

2º Vogal efetivo - Raquel Maria Lopes Pinto, Técnica Superior da Divisão de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

1º Vogal suplente - Paulo Jorge Nico Casimiro, Chefe de Divisão de Controlo da Qualidade da Água dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

2º Vogal suplente - António Domingos Martinho Barros, Chefe de Divisão de Gestão de Redes de Água dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada



6.4.4.4 - Proposta Nº 154/XI-3º, exerceram o direito de voto 37 eleitos, registando-se vinte e dois (22) votos Sim, um (1) voto Não, dez (10) Abstenções, três (3) Brancos e um (1) Nulo, através da seguinte deliberação:

Deliberação

Nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, no seu artigo 21º, nº 4, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro e do artigo 25º, nº 1, alínea m), do Anexo I a que se refere o nº 2, do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e por iniciativa da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal na reunião plenária realizada no dia 27 de fevereiro de 2015, aprovou a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de estrutura orgânica hierarquizada, bem como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços.

A nível do Município a deliberação da Assembleia foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e foi publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

Para implementação da referida estrutura orgânica a fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências cometidas ao Município, a Câmara Municipal, submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a proposta de composição do júri para o procedimento concursal para provimento do Cargo de Dirigente do Gabinete de Execuções Fiscais.

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 22 de fevereiro de 2016, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau - Dirigente do Gabinete de Execuções Fiscais, o seguinte júri:

Presidente - Dr.ª Aida Fernanda das Neves Freire, Diretora do Departamento de Assuntos Jurídicos da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr.ª Tânia Alexandra Camões Fonseca, Chefe da Divisão de Gestão e Administração Urbanística 2 da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr.ª Eduarda Maria do Carmo Flora Teixeira, Chefe da Divisão de Gestão Comercial e Atendimento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada



Vogal suplente - Dr.ª Ana de Lurdes Martins Coelho, Diretora do Departamento de Administração e Finanças da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Dr. Júlio Miguel de Ávila Sarmiento Espalha, Chefe da Divisão de Pessoal da Câmara Municipal de Almada

6.4.4.5 - Proposta N.º 155/XI-3.º, exerceram o direito de voto 37 eleitos, registando-se vinte e dois (22) votos Sim, um (1) voto Não, dez (10) Abstenções, três (3) Brancos e um (1) Nulo, através da seguinte deliberação:

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada por proposta da Câmara Municipal aprovou, na reunião plenária realizada no dia 27 de fevereiro de 2015, a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de Estrutura Orgânica Hierarquizada, assim como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços respetivos.

A referida deliberação da Assembleia Municipal foi publicitada através do Edital n.º 285/XI-2.º/2014-15 e publicada no Diário da República n.º 47, 2.ª Série, de 9 de março de 2015.

A deliberação tomada teve em consideração o enquadramento legal, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro que estabelece o regime jurídico da organização, estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica, o artigo 21.º, n.º 4, da Lei n.º 49/2012, de 20 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado.

A fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências constitucionais e legalmente atribuídas ao Município, impõe-se promover o recrutamento dos cargos dirigentes.

Considerando que a Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a Proposta de composição do júri para o procedimento concursal de provimento do cargo de Dirigente do Gabinete de Consultadoria Jurídica e Contencioso.

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13.º, da Lei n.º 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25.º, n.º 1, alínea m), e n.º 2, alínea k), do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 22 de fevereiro de 2016, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Direção intermédia de 3.º Grau - Dirigente do Gabinete de Consultadoria Jurídica e Contencioso, o seguinte júri:

Presidente - Dr.ª Aida Fernanda das Neves Freire, Diretora do Departamento de Assuntos Jurídicos da Câmara Municipal de Almada



Vogal efetivo - Arq.º Carlos Manuel Saraiva Dias, Diretor do Departamento de Administração Urbanística da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr. Luís Manuel Gonçalves, Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

Vogal suplente - Dr.ª Ana de Lurdes Martins Coelho, Diretora do Departamento de Administração e Finanças da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Dr.ª Maria Manuela dos Reis Molha, Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Almada

6.4.4.6 - Proposta N.º 156/XI-3.º, exerceram o direito de voto 37 eleitos, registando-se vinte e dois (22) votos Sim, um (1) voto Não, dez (10) Abstenções, três (3) Brancos e um (1) Nulo, através da seguinte deliberação:

Deliberação

Nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, da Lei n.º 49/2012, de 20 de agosto, no seu artigo 21.º, n.º 4, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro e do artigo 25.º, n.º 1, alínea m), do Anexo I a que se refere o n.º 2, do artigo 1.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e por iniciativa da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal na reunião plenária realizada no dia 27 de fevereiro de 2015, aprovou a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de estrutura orgânica hierarquizada, bem como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços.

A nível do Município a deliberação da Assembleia foi publicitada através do Edital n.º 285/XI-2.º/2014-15 e foi publicada no Diário da República n.º 47, 2.ª Série, de 9 de março de 2015.

Para implementação da referida estrutura orgânica a fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências cometidas ao Município, a Câmara Municipal, submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a proposta de composição do júri para o procedimento concursal para provimento do Cargo de Diretor de Departamento do Serviço de Saúde Ocupacional CMA/SMAS, que se considera imperioso e urgente.

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13.º, da Lei n.º 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25.º, n.º 1, alínea m), e n.º 2, alínea k), do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 22 de fevereiro de 2016, designando para o



Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Diretor de Departamento do Serviço de Saúde Ocupacional CMA/SMAS, o seguinte júri:

Presidente - Dr. Pedro Luís Filipe, Diretor Municipal de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Eng.º Joaquim Teixeira Fonseca, Chefe de Equipa Multidisciplinar do Gabinete de Planeamento e Sistemas de Gestão e Inovação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

Vogal efetivo - Professora Doutora Maria João Manzano, Chefe de Serviço de Medicina do Trabalho e Diretora da Área de Saúde Ocupacional do Centro Hospitalar de Lisboa Central

Vogal suplente - Dr.ª Maria Manuel dos Reis Molha, Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Eng.º Carlos Manuel Cavaco Sousa, Diretor Delegado dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

6.4.4.7 - Proposta Nº 157/XI-3º, exerceram o direito de voto 37 eleitos, registando-se vinte e dois (22) votos Sim, um (1) voto Não, dez (10) Abstenções, três (3) Brancos e um (1) Nulo, através da seguinte deliberação:

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada por proposta da Câmara Municipal aprovou, na reunião plenária realizada no passado dia 27 de fevereiro de 2015, a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de Estrutura Orgânica Hierarquizada, assim como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços respetivos.

A referida deliberação da Assembleia Municipal foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

A deliberação tomada teve em consideração o enquadramento legal, nomeadamente o Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro que estabelece o regime jurídico da organização, estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica, o artigo 21º, nº 4, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado.

A fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências constitucionais e legalmente atribuídas ao Município, impõe-se promover o recrutamento dos cargos dirigentes, procedimento que é considerado imperioso e urgente também quanto ao Serviço Veterinário Municipal, diz respeito.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Considerando que a Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a Proposta de composição do júri para o procedimento concursal de provimento do cargo de Dirigente do Serviço Veterinário Municipal (SVM).

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 22 de fevereiro de 2016, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Dirigente do Serviço Veterinário Municipal (SVM), o seguinte júri:

Presidente - Eng.º Carlos Alberto Rodrigues Marques, Diretor Municipal de Ambiente, Mobilidade, Energia e Valorização Urbana da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Eng.º Paulo Jorge Nico Casimiro, Chefe da Divisão de Controlo da Qualidade da Água dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

Vogal efetivo - Dr. António Simões Guerra Godinho, Dirigente do Serviço Municipal de Proteção Civil da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Eng.ª Maria do Carmo Mendes Vieira Neto Antão, Chefe da Divisão de Salubridade da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Dr. Júlio Miguel de Ávila Sarmento Espalha, Chefe da Divisão de Pessoal da Câmara Municipal de Almada

6.4.4.8 - Proposta Nº 158/XI-3º, exerceram o direito de voto 37 eleitos, registando-se vinte e dois (22) votos Sim, um (1) voto Não, dez (10) Abstenções, três (3) Brancos e um (1) Nulo, através da seguinte deliberação:

Deliberação

Considerando que nos termos e para os efeitos legais e por proposta da Câmara Municipal a Assembleia Municipal de Almada aprovou, na sua reunião de 27 de fevereiro de 2015 a Organização dos Serviços Municipais do Município, segundo o modelo de estrutura hierarquizada, bem como aprovou o respetivo Regulamento de Organização dos Serviços.

As deliberações foram publicitadas pelo Edital nº 285/XI-2º, de 2 de março de 2015 e publicadas no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

Considerando que importa garantir a prossecução das atividades cometidas ao Município de Almada, impõe-se a instalação das unidades orgânicas criadas e não providas, promovendo-se o recrutamento dos respetivos cargos dirigentes que no caso também do Gabinete de Atendimento Municipal é imperioso e urgente.

Para tanto a Câmara Municipal submete à apreciação e deliberação o júri do respetivo procedimento concursal.



Assim, nestes termos, ao abrigo e para os efeitos do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto e do artigo 25º, do nº 1, alínea m) e do nº 2, alínea K), do Anexo I a que se refere o nº 2 do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião camarária de 22 de fevereiro de 2016, designando que o Procedimento Concursal do Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau - Dirigente do Gabinete de Atendimento Municipal (GAM) - o seguinte júri:

Presidente - Dr. Pedro Luís Filipe, Diretor Municipal de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr.ª Aida Inácio Maurício Duarte, Chefe da Divisão Técnica e Administração da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr.ª Delfina Sozinho Caraça, Chefe de Equipa Multidisciplinar do Gabinete de Assessoria, Comunicação e Imagem dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

Vogal suplente - Dr. Miguel Alexandre da Silva Vilhana Ribeiro, Diretor do Departamento de Comunicação da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Dr.ª Maria Manuela dos Reis Molha, Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Almada

6.4.4.9 - Proposta Nº 159/XI-3º, exerceram o direito de voto 37 eleitos, registando-se vinte e três (23) votos Sim, dez (10) Abstenções, três (3) Brancos e um (1) Nulo, através da seguinte deliberação:

Deliberação

Nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, no seu artigo 21º, nº 4, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro e do artigo 25º, nº 1, alínea m), do Anexo I a que se refere o nº 2, do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e por iniciativa da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal na reunião plenária realizada no dia 27 de fevereiro de 2015, aprovou a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de estrutura orgânica hierarquizada, bem como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços.

A nível do Município a deliberação da Assembleia foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e foi publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015. Para implementação da referida estrutura orgânica a fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências cometidas ao Município, a Câmara Municipal,



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a proposta de composição do júri para o procedimento concursal para provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Educação, por consideração de ser imperioso e urgente.

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 22 de fevereiro de 2016, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Educação (DE), o seguinte júri:

Presidente - Dr.ª Paula Cristina dos Santos de Sousa, Diretora do Departamento de Educação e Juventude da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr.ª Maria Manuela dos Reis Molha, Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr.ª Ana Teresa Ascensão Lopes Fernandes, Chefe de Divisão de Educação da Câmara Municipal da Moita

Vogal suplente - Dr. Armando Mário Campeão Correia, Diretor do Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Dr. Luís Manuel Loyo Pequito Antunes, Chefe da Divisão de Museus e História Local da Câmara Municipal de Almada

6.4.4.10 - Proposta Nº 160/XI-3º, exerceram o direito de voto 37 eleitos, registando-se vinte e dois (22) votos Sim, um (1) voto Não, dez (10) Abstenções, três (3) Brancos e um (1) Nulo, através da seguinte deliberação:

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada por proposta da Câmara Municipal aprovou, na reunião plenária realizada no passado dia 27 de fevereiro de 2015, a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de Estrutura Orgânica Hierarquizada, assim como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços respetivos.

A referida deliberação da Assembleia Municipal foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

A deliberação tomada teve em consideração o enquadramento legal, nomeadamente o Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro que estabelece o regime jurídico da organização, estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica, o artigo 21º, nº 4, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

A fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências constitucionais e legalmente atribuídas ao Município, impõe-se promover o recrutamento dos cargos dirigentes que se considera também para o presente cargo imperioso e urgente.

Considerando que a Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a Proposta de composição do júri para o procedimento concursal de provimento do cargo de Chefe da Divisão de Manutenção e Logística.

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 22 de fevereiro de 2016, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau -Chefe da Divisão de Manutenção e Logística (DML), o seguinte júri:

Presidente - Eng.ª Gertrudes Maria Gomes dos Santos Pedro, Diretora do Departamento de Rede Viária, Manutenção, Logística e Transportes da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Eng.º Ramiro Cipriano Rosado Norberto, Diretor do Departamento de Gestão de Redes de Água, Drenagem e Logística dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

Vogal efetivo - Eng.º Hugo Alexandre Cardoso Pereira Mestre, Chefe da Divisão de Transportes e Manutenção da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Dr.ª Maria João da Costa Candeias Baptista Tomé, Chefe da Divisão de Equipamentos e Recursos Educativos da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Dr.ª Maria Manuela dos Reis Molha, Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Almada

6.4.4.11 - Proposta Nº 161/XI-3º, exerceram o direito de voto 37 eleitos, registando-se vinte e dois (22) votos Sim, onze (11) Abstenções, três (3) Brancos e um (1) Nulo, através da seguinte deliberação:

Deliberação

Considerando que nos termos e para os efeitos legais e por proposta da Câmara Municipal a Assembleia Municipal de Almada aprovou, na sua reunião de 27 de fevereiro de 2015 a Organização dos Serviços Municipais do Município, segundo o modelo de estrutura hierarquizada, bem como aprovou o respetivo Regulamento de Organização dos Serviços.

As deliberações foram publicitadas pelo Edital nº 285/XI-2º, de 2 de março de 2015 e publicadas no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.



Considerando que importa garantir a prossecução das atividades cometidas ao Município de Almada, impõe-se a instalação das unidades orgânicas criadas e não providas, promovendo-se o recrutamento dos respetivos cargos dirigentes que no caso também da Divisão de Desenvolvimento Económico é imperioso e urgente.

Para tanto a Câmara Municipal submete à apreciação e deliberação o júri do respetivo procedimento concursal.

Assim, nestes termos, ao abrigo e para os efeitos do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto e do artigo 25º, do nº 1, alínea m) e do nº 2, alínea K), do Anexo I a que se refere o nº 2 do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião camarária de 22 de fevereiro de 2016, designando que o Procedimento Concursal do Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau - Chefe de Divisão de Desenvolvimento Económico (DDE) - o seguinte júri:

Presidente - Arq.º Paulo Alexandre Neves Pardelha, Diretor do Departamento de Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr.ª Ana Cristina Curto Carneira, Chefe da Divisão de Turismo da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Eng.º Carlos Manuel Cavaco Sousa, Diretor Delegado dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

Vogal suplente - Dr. Júlio Miguel de Ávila Sarmento Espalha, Chefe da Divisão de Pessoal da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Arq.º António Carlos Morgado Janeiro, Chefe da Divisão de Reabilitação e Revitalização Urbana e Espaço Público da Câmara Municipal de Almada

6.4.4.12 - Proposta Nº 162/XI-3º, exerceram o direito de voto 37 eleitos, registando-se vinte e dois (22) votos Sim, um (1) voto Não, dez (10) Abstenções, três (3) Brancos e um (1) Nulo, através da seguinte deliberação:

Deliberação

Nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, no seu artigo 21º, nº 4, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro e do artigo 25º, nº 1, alínea m), do Anexo I a que se refere o nº 2, do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e por iniciativa da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal na reunião plenária realizada no dia 27 de fevereiro de 2015, aprovou a Organização dos Serviços Municipais,



segundo o modelo de estrutura orgânica hierarquizada, bem como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços.

A nível do Município a deliberação da Assembleia foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e foi publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

Para implementação da referida estrutura orgânica a fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências cometidas ao Município, a Câmara Municipal, submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a proposta de composição do júri para o procedimento concursal para provimento Cargo de Dirigente do Gabinete de Imagem e Marketing (GIM) que é considerado necessário, imperioso e urgente.

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 22 de fevereiro de 2016, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau - Dirigente do Gabinete de Imagem e Marketing (GIM), o seguinte júri:

Presidente - Dr. Miguel Alexandre da Silva Vilhana Ribeiro, Diretor do Departamento de Comunicação da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr.ª Sandra Maria Raposo Guerreiro Lemos, Chefe da Divisão de Informação e Comunicação da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr.ª Delfina Sozinho Caraça, Chefe de Equipa Multidisciplinar do Gabinete de Assessoria, Comunicação e Imagem dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

Vogal suplente - Dr.ª Maria Suzel Malveiro António Horta, Chefe da Divisão de Relações Públicas e Protocolo e Programação Municipal da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Dr.ª Ana Isabel de Melo Ribeiro, Diretora do Departamento de Centro de Arte Contemporânea da Câmara Municipal de Almada

6.4.4.13 - Proposta Nº 163/XI-3º, exerceram o direito de voto 37 eleitos, registando-se vinte e dois (22) votos Sim, um (1) voto Não, dez (10) Abstenções, três (3) Brancos e um (1) Nulo, através da seguinte deliberação:

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada por proposta da Câmara Municipal aprovou, na reunião plenária realizada no passado dia 27 de fevereiro de 2015, a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de Estrutura Orgânica Hierarquizada, assim como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços respetivos.



A referida deliberação da Assembleia Municipal foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

A deliberação tomada teve em consideração o enquadramento legal, nomeadamente o Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro que estabelece o regime jurídico da organização, estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica, o artigo 21º, nº 4, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado.

A fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências constitucionais e legalmente atribuídas ao Município, impõe-se promover o recrutamento dos cargos dirigentes que no caso presente se considera necessário e urgente.

Considerando que a Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a Proposta de composição do júri para o procedimento concursal de provimento do cargo de Chefe da Divisão Administrativa (DA).

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 22 de fevereiro de 2016, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau - Chefe de Divisão Administrativa (DA), o seguinte júri:

Presidente - Dr.ª Ana de Lurdes Martins Coelho, Diretora do Departamento de Administração e Finanças da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Eng.ª Marina Sergueevna Issakova, Diretora do Departamento de Informática da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr. Nelson José Branco Vieira, Chefe da Divisão de Gestão e Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

Vogal suplente - Dr.ª Aida Inácio Maurício Duarte, Chefe da Divisão Técnica e Administração da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Dr. Júlio Miguel de Ávila Sarmiento Espalha, Chefe da Divisão de Pessoal da Câmara Municipal de Almada

6.4.4.14 - Proposta Nº 164/XI-3º, exerceram o direito de voto 37 eleitos, registando-se vinte e dois (22) votos Sim, um (1) voto Não, dez (10) Abstenções, três (3) Brancos e um (1) Nulo, através da seguinte deliberação:

Deliberação



Considerando que nos termos e para os efeitos legais e por proposta da Câmara Municipal a Assembleia Municipal de Almada aprovou, na sua reunião de 27 de fevereiro de 2015 a Organização dos Serviços Municipais do Município, segundo o modelo de estrutura hierarquizada, bem como aprovou o respetivo Regulamento de Organização dos Serviços.

As deliberações foram publicitadas pelo Edital nº 285/XI-2º, de 2 de março de 2015 e publicadas no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

Considerando que importa garantir a prossecução das atividades cometidas ao Município de Almada, impõe-se a instalação das unidades orgânicas criadas e não providas, promovendo-se o recrutamento dos respetivos cargos dirigentes que no caso também da Divisão dos Sistemas de Informação é necessário e urgente.

Para tanto a Câmara Municipal submete à apreciação e deliberação o júri do respetivo procedimento concursal.

Assim, nestes termos, ao abrigo e para os efeitos do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto e do artigo 25º, do nº 1, alínea m) e do nº 2, alínea K), do Anexo I a que se refere o nº 2 do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião camarária de 22 de fevereiro de 2016, designando que o Procedimento Concursal do Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau - Chefe de Divisão de Sistemas de Informação (DSI) - o seguinte júri:

Presidente - Eng.ª Marina Sergueevna Issakova, Diretora do Departamento de Informática da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr. Manuel António Moreno Rodrigues Vitória, Chefe da Divisão de Tecnologias e Comunicações da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr.ª Paula Maria Veloso Oliveira, Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Sistemas de Informação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

Vogal suplente - Dr.ª Maria Manuela dos Reis Molha, Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Dr.ª Ana de Lurdes Martins Coelho, Diretora do Departamento de Administração e Finanças da Câmara Municipal de Almada

6.4.4.15 - Proposta Nº 165/XI-3º, exerceram o direito de voto 37 eleitos, registando-se vinte e dois (22) votos Sim, um (1) voto Não, dez (10) Abstenções, três (3) Brancos e um (1) Nulo, através da seguinte deliberação:

Deliberação

Nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, da Lei nº



49/2012, de 20 de agosto, no seu artigo 21º, nº 4, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro e do artigo 25º, nº 1, alínea m), do Anexo I a que se refere o nº 2, do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e por iniciativa da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal na reunião plenária realizada no dia 27 de fevereiro de 2015, aprovou a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de estrutura orgânica hierarquizada, bem como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços.

A nível do Município a deliberação da Assembleia foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e foi publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

Para implementação da referida estrutura orgânica a fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências cometidas ao Município, a Câmara Municipal, submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a proposta de composição do júri para o procedimento concursal para provimento do Cargo de Diretor do Departamento de Salubridade e Espaços Verdes, considerando necessário e urgente.

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 18 de junho de 2015, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 1º Grau - Diretor de Departamento de Salubridade e Espaços Verdes (DSEV), o seguinte júri:

Presidente - Eng.º Carlos Alberto Rodrigues Marques, Diretor Municipal de Ambiente, Mobilidade, Energia e Valorização Urbana da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Eng.º João Manuel Jesus Lobo, Administrador Executivo da AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A.

Vogal efetivo - Dr.ª Maria Manuela dos Reis Molha, Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Eng.ª Gertrudes Maria Gomes dos Santos Pedro, Diretora do Departamento de Rede Viária, Manutenção, Logística e Transportes da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Arq.º Paulo Alexandre Neves Pardelha, Diretor do Departamento de Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Almada



6.4.4.16 - Proposta Nº 166/XI-3º, exerceram o direito de voto 37 eleitos, registando-se vinte e dois (22) votos Sim, um (1) voto Não, dez (10) Abstenções, três (3) Brancos e um (1) Nulo, através da seguinte deliberação:

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada por proposta da Câmara Municipal aprovou, na reunião plenária realizada no passado dia 27 de fevereiro de 2015, a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de Estrutura Orgânica Hierarquizada, assim como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços respetivos.

A referida deliberação da Assembleia Municipal foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

A deliberação tomada teve em consideração o enquadramento legal, nomeadamente o Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro que estabelece o regime jurídico da organização, estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica, o artigo 21º, nº 4, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado.

Considerando que através de aviso publicado no DR nº 137, de 16 de julho de 2015, 2ª Série foi o concurso de provimento do cargo de Chefe de Divisão aberto mas o candidato aprovado pelo júri para assumir o cargo manifestou indisponibilidade, pelo que se mantém a vacatura do cargo de Chefe de Divisão de Gestão e Administração Urbanística 1.

Assim e a fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências constitucionais e legalmente atribuídas ao Município no caso em apreço, impõe-se promover o recrutamento do cargo dirigente que se considera necessário e urgente.

Considerando que a Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a Proposta de composição do júri para o procedimento concursal de provimento do Cargo de Chefe da Divisão de Gestão e Administração Urbanística 1.

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 22 de fevereiro de 2016, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau - Chefe da Divisão de Gestão e Administração Urbanística 1 (DGAU1), o seguinte júri:

Presidente - Arq.º José António Veríssimo Paulo, Diretor Municipal de Obras, Planeamento, Administração do Território e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Almada



Vogal efetivo - Arq.º Carlos Manuel Saraiva Dias, Diretor do Departamento de Administração Urbanística da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Arq.º Jorge Manuel Branco Martinho, Chefe da Divisão de Administração Urbanística, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Palmela

Vogal suplente - Dr.ª Maria Manuela dos Reis Molha, Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Arq.º António Carlos Morgado Janeiro, Chefe da Divisão de Reabilitação e Revitalização Urbana e Espaço Público da Câmara Municipal de Almada

7 - Foi concluída a ordem de trabalhos assim como a agenda da Sessão.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves, Maria Amélia de Jesus Pardal, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Maria do Carmo Mira Borges, Vítor Manuel dos Santos Castanheira, Maria Teodolinda Monteiro Silveira, Ivan da Costa Gonçalves, António José Pinho Gaspar Neves, Francisco Miguel Pereira Cardina.

9 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhores Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA e TV Almada; das Sr.ªs Juristas Fábria Mateus e Maria João Carvalho de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de sete Srs. Munícipes.

10 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.

11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H10 do dia 27 de fevereiro de 2016.

12 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____